

SUBPROJETO VI
CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE
FORMAÇÃO CONTINUADA DE TRABALHADORES EM
QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Atividades de Desenvolvimento Metodológico
(Outras Atividades de Desenvolvimento Metodológico)

ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO
METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO PROPOSTA CURRICULAR E
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – Nº. 003/2007 e Termos Aditivos

2010

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**Ministério do
Trabalho e Emprego**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Carlo Roberto Simi

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos

Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP

Ana Paula da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.



Direção Sindical Executiva

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica

Equipe Executora

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira de Projetos
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto I
Lilian Arruda Marques - Coordenadora Subprojeto II
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Angela Maria Schwengber - Coordenadora Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski Evelyn – Coordenadora Subprojeto VI

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Consultoria Educacional Peabiru LTDA - Consultores Associados em Educação
DEP Tecnologia da Informação LTDA
Jurema Regueira A. Monteiro Rosa

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A PROPOSTA DE FORMAÇÃO NAS OFICINAS	9
1.1. O que é ser educador da Escola dos Trabalhadores	10
1.2. Leitura crítica do Projeto de Bacharelado enviado ao MEC em março de 2009	12
1.2.1. A Escola e os candidatos	13
2. O CONHECIMENTO PRODUZIDO	15
2.1. A contribuição das oficinas	16
2.1.1. Objeto de conhecimento e ementas	17
2.1.2. O projeto formativo: duas visões	21
2.2. A contribuição acadêmica	25
2.2.1. Gaudêncio Frigotto	25
2.2.2. Heloísa Helena de Souza Martins	27
2.2.3. José Sérgio Leite Lopes	29
2.2.4. Hugo da Gama Cerqueira	31
2.3. Ciências do Trabalho e formação dos trabalhadores	32
2.3.1 O que são as Ciências do Trabalho	33
2.3.2 O que justifica a criação da Escola dos trabalhadores e o que distingue essa Escola de outras existentes no país	33
2.3.3 O que é trabalho – objeto de estudo	34
2.3.4 A concepção formativa do projeto curricular	34
3. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	36

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXOS	40
1 – O que você acha que é ser educador da Escola dos Trabalhadores?	41
2- Por que um Bacharelado em Ciências do Trabalho?	46
3- Críticas e contribuições dos grupos de educadores ao texto síntese do Projeto Político Pedagógico enviado ao Ministério da Educação - MEC	54
4- Depoimentos dos trabalhadores candidatos uma vaga na Escola	57
5 - Por que o currículo?	64
6 - Leitura do "Cartaz de 68"	75
7 – Ementas	83
8 – Produção dos educadores na Oficina II - Quais são os conhecimentos essenciais em Trabalho para essa escola?	102
9- Texto elaborado para discussão na Oficina IV de 2009: Projeto Político Pedagógico em Ciências do Trabalho	109

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N° 003/2007 e Termos Aditivos, firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que, de maneira geral, tem como objetivo a produção de informações que possam subsidiar a ação do MTE na implementação de políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho.

Este relatório irá apresentar o projeto de ensino superior dos trabalhadores em Ciências do Trabalho, que é resultado de um processo iniciado com uma consulta ao movimento sindical em 2006 e de atividades de estudo, sistematização e elaboração realizadas, nos dois anos seguintes, com representantes do movimento sindical e técnicos do DIEESE. Esse trabalho faz parte do subprojeto VI – Construção de proposta de institucionalização de formação continuada de trabalhadores em questões do mundo do trabalho.

No início de 2009, o DIEESE, instituição proposta como mantenedora da Escola dos trabalhadores, encaminhou ao Ministério da Educação - MEC – o pedido de credenciamento para uma instituição de ensino superior – a Escola de Ciências do Trabalho – e autorização para seu primeiro curso o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho. Ao longo do andamento do processo junto ao MEC, o DIEESE deu continuidade à formação de um grupo de futuros docentes, pesquisadores e colaboradores da Escola, envolvendo-os na produção de conhecimento – conceitual, teórico, metodológico – para o aprimoramento do projeto.

Com o objetivo de formar um coletivo de educadores, analisar e aprimorar a proposta curricular enviada ao MEC, foram realizadas 96 horas de oficinas com a presença de 30 participantes. Os trabalhos foram conduzidos por um grupo - formado por seis técnicos do DIEESE - responsável pela preparação e coordenação das atividades de abril a dezembro de 2009. Para cada uma das cinco oficinas realizadas foi criado um roteiro levando em conta os objetivos específicos, as questões dos participantes e os resultados a serem alcançados a cada encontro.

A expectativa era de que no processo formativo os educadores pudessem pensar a formação acadêmica e a produção de conhecimento científico, contribuindo de forma crítica e criativa para:

- pensar a proposta curricular e seus desdobramentos em termos de projetos, pesquisas, redes, cooperações;
- a discussão do plano de carreira, do regimento e da seleção dos candidatos ao curso;

- a forma de conceber e disseminar um modo de fazer educação.

Este relatório apresenta o conhecimento produzido em cinco oficinas de formação, sistematizado por meio das contribuições dos educadores para o projeto de bacharelado em Ciências do Trabalho. Essa produção de conhecimento contou com um trabalho continuado de elaboração, pesquisa e revisão bibliográfica e com a contribuição de docentes dentro e fora das oficinas de formação¹.

Entre diversos resultados dessas atividades destacam -se:

- a construção de um entendimento das Ciências do Trabalho;
- a reformulação da proposta curricular agora fundamentada em um projeto de constituição de um novo campo de conhecimento a partir do qual se afirma a especificidade da Escola dos trabalhadores;
- a ampliação do conhecimento existente no grupo de educadores sobre os fundamentos do projeto e sobre si mesmos como educadores que implementarão o projeto curricular.

O relatório está organizado em três partes:

- a primeira apresenta as atividades formativas realizadas nas oficinas;
- a segunda traz o conhecimento socialmente produzido nas oficinas e contribuições dos acadêmicos para o aprimoramento de um projeto curricular em Ciências do Trabalho;
- a terceira parte traz subsídios para pensar a implantação do projeto.

¹ Professores doutores: Gaudêncio Frigotto, Heloísa Helena de Souza Martins, Hugo da Gama Cerqueira, José Sérgio Leite Lopes, Maria do Carmo Martins, José Dari Krein, Elina Pessanha, José Ricardo Ramalho, Fábio Zamberlan, Marcos César Freitas, Pedro Cunha, Liliana Segnini, Beatriz Honff, Lea Anastasiou, Sérgio Farias, Albino Rubim.

1. A PROPOSTA DE FORMAÇÃO NAS OFICINAS

O percurso formativo não é linear, portanto não se tratará cada oficina, mas apresentaremos a proposta que deu origem às questões e às contribuições que fundamentam um projeto curricular dos trabalhadores. Muitas questões permanecem abertas, como era de se esperar na realização de um projeto plural, de uma experiência pioneira como essa.

Os participantes das oficinas – representantes do movimento sindical e técnicos do DIEESE– já possuíam, por ocasião das oficinas, uma trajetória como educadores, seja no próprio DIEESE, seja como professores em instituições de ensino privadas ou públicas, no EJA, em escolas sindicais, entre outras. No entanto, tornar-se educador da Escola dos trabalhadores implicaria uma especificidade associada à natureza dessa experiência e à necessidade de implantação do projeto. Por esse motivo, o processo iniciou-se mobilizando os participantes com a pergunta: *o que você acha que é ser educador da Escola dos trabalhadores?* Dizer o que significa ser educador, e se constituir educador de uma Escola dos trabalhadores, é um processo que mobiliza experiências, visões, opções, possibilidades diversas e conhecimentos sobre um projeto em processo de elaboração, é experimental e interdisciplinar.

A partir da visão *do ser* educador, o processo formativo das oficinas propõe conhecer o projeto de bacharelado, na versão enviada ao MEC, para possibilitar aos educadores exercitar a crítica e prosseguir a construção iniciada em 2006, com novas questões e interpretações que atualizam o debate. A leitura de um texto síntese enviado ao MEC teve como objetivos analisar o projeto curricular, considerando como o percurso realiza o projeto político pedagógico do curso, e trabalhar as propostas de ementas já elaboradas. No entanto, as questões surgidas nos trabalhos em grupo sobre os fundamentos do projeto curricular modificaram o percurso dos demais encontros. O esforço, a partir de então, se concentrou na necessidade de ter claro o que se entende por Ciências do Trabalho, em qual a concepção formativa proposta e em qual o projeto curricular que realiza a proposta de um bacharelado dos trabalhadores. Sem esclarecer essas questões ficaria impossível trabalhar nas ementas.

O projeto foi sendo retomado a cada oficina para evitar que as atividades realizadas fragmentassem a visão do todo. Assim, a Escola apareceu por meio da visão do educador, do texto formalizado para o MEC, da leitura simbólica de um cartaz de 1968, surgiu na discussão feita a partir do depoimento de dois candidatos a uma vaga na Escola e da possibilidade de tratar da formação desses sujeitos concretizando uma concepção formativa. O projeto também foi pensado por meio dos dilemas da Escola que, em caráter experimental, oferecerá poucas vagas e precisará lidar com o

desafio de garantir a diversidade, ou seja, evitar ter um grupo homogêneo como estudantes já no processo de formação da primeira turma. Do ponto de vista formativo, o tempo foi pouco para as necessidades de uma mediação que tinha a intenção de lidar com as contradições da formação que cada um teve e a que se deseja praticar.

As atividades formativas criam possibilidades para cada participante descobrir sobre si mesmo e sobre a teoria que pratica. Nesse sentido procurou-se possibilitar aos educadores o encontro com teorias, textos e autores que ampliam o conhecimento e permitem a manifestação das certezas e incertezas que cada educador poderia trazer para os encontros.

1.1. O que é ser educador da Escola dos Trabalhadores?

A proposta formativa das oficinas partiu da visão pessoal dos participantes sobre o significado de ser educador num projeto dos trabalhadores. Esse pedido inicial levou cada um a pensar em si e no projeto de educação da Escola. Ao enunciar o que é ser educador nessa Escola, todos supõem um projeto que dê sentido a sua atuação, o que permite aos educadores afirmarem uma totalidade e se incluírem nela.

Procurou-se o sentido que tem a atuação do educador no projeto de educação dos trabalhadores. A manifestação de cada educador pode ser lida no Anexo 1, mas como a maioria no grupo pertence a mesma instituição, destacaram-se as convergências de muitas afirmações tanto da condição de educador quanto da visão do projeto formativo dos trabalhadores.

Ser educador dessa Escola é respeitar o conhecimento dos trabalhadores na sua especificidade, originalidade e no seu significado. Ou seja,

- é resgatar o valor do conhecimento da classe trabalhadora;
- é respeitar o conhecimento formado nas trajetórias de vida e de trabalho;
- é considerar as especificidades, a história de cada aluno.

Significa construir conhecimentos em oposição à idéia de ensinar, de transmitir conhecimento. Essa afirmação também considera que o trabalhador tem saberes e conhecimentos para trazer à construção proposta.

- O educador constrói coletivamente o conhecimento;

- Compartilha saberes;
- Constrói conhecimento no diálogo.

Também a afirmação de que o educador dessa Escola deve ser um *aprendente*, um aluno, implica reconhecer do conhecimento do trabalhador que não só aprende, mas também ensina. Também aqui o respeito pelo conhecimento do trabalhador aparece.

- Ser educador é ser aluno;
- Ser educador é aprender um olhar e imprimir um olhar.

É considerar a educação como atividade com sentido político, como prática de liberdade, como compromisso com a ação política dos trabalhadores.

- Ser educador dessa Escola é aliar um trabalho prazeroso a uma atividade com sentido político;
- É contribuir para a formação de indivíduos comprometidos com a ação política dos trabalhadores;
- É ser exemplo de compromisso com a busca por uma sociedade justa e solidária;
- É mostrar para o estudante que não existem fronteiras, que ele pode sonhar, construir, que há outra forma de interagir, mas seguir com a visão da classe trabalhadora.

Os educadores se mostraram como não tradicionais, não neutros, vendo a educação como contribuição a um projeto de classe, ou procurando se igualar ao outro na condição de trabalhadores na produção de conhecimento ou de *aprendentes*. Alguns se manifestam como educadores populares e poucos se expressaram pensando como docentes de ensino superior. Esta é a fala de um deles:

“Estimular o pensamento crítico: pensar, sentir, interpretar, ler os livros e dizer o que pensa, não reproduzir apenas o que leu. Pensar politicamente, racionalmente e gerar um conhecimento novo. Gerar inquietação e buscar conhecimentos que articulem tempos históricos e dimensões da vida humana. Ser um exemplo de compromisso com a busca por uma sociedade justa e solidária. Ser e passar aquilo em que acredita. Duas questões são importantes quando se pensa os propósitos da Escola: o desafio de desconstruir mitos, teses, e se perguntar como, com o conhecimento da nossa história, poderemos repassar, refazer a história”.

Nesse sentido, em outro momento abordou-se a diferença entre uma formação popular ou sindical ou não regular e uma formação acadêmica que traz exigências para a atuação e produção intelectual do educador e para o conteúdo curricular, uma vez que o projeto dos trabalhadores proposto ao MEC se insere no sistema nacional de educação superior.

Ser educador desse projeto vai se tornando uma possibilidade no processo que se move a partir da leitura crítica da proposta enviada ao MEC que inclui uma justificativa e um percurso formativo dos trabalhadores.

1.2. Leitura crítica do Projeto de Bacharelado enviado ao MEC em março de 2009

A proposta enviada ao MEC foi necessariamente uma formalização, ainda que provisória, do projeto de Escola dos trabalhadores. Os participantes que haviam pensado na sua atuação como educadores supondo um projeto, ao tomarem conhecimento do texto, se depararam com um projeto preliminar. Isso move o processo. A leitura crítica desse texto, solicitada aos educadores, era a possibilidade de um exercício de afirmação e negação ao longo das oficinas. Para isso foi preciso lidar com as questões, dúvidas, sugestões, reformulações, conceitos e possibilidades que sintetizaram os avanços na elaboração do projeto.

Falar da condição de educador implicava o livre pensar o projeto de Escola e os seus estudantes. Ler criticamente o projeto envolvia uma atividade intelectual, também a exposição de seus conhecimentos sobre os temas abordados, as concepções, a metodologia, o objeto de estudo, as ementas e a especificidade do projeto proposto.

O texto síntese do Projeto Político Pedagógico, enviado ao MEC (Anexo 2) apresentava linhas de pesquisa, proposta curricular e o resumo das ementas. A leitura do texto levantou na ocasião os seguintes pontos críticos:

- Falta explicitar o que se considera Ciências do Trabalho;
- A proposta curricular, baseada em linhas de pesquisa, não expressa um percurso formativo e reproduz o modelo hegemônico que o projeto desejava contestar;
- A falta de relação entre o projeto formativo e o currículo se deve à indefinição de Ciências do Trabalho;
- Finalmente, há imprecisão sobre o objeto de estudo, a interdisciplinaridade e a idéia do

profissional a ser formado pela Escola.

As questões e considerações dos grupos de trabalho organizados para a leitura crítica acima citada (Anexo3) demandaram um tempo significativo e modificaram a proposta inicial de trabalhar com as ementas, uma vez que sem esclarecer essas questões, era difícil pensar no percurso curricular e suas respectivas ementas.

1.2.1. A Escola e os candidatos

No sentido de possibilitar que os grupos construíssem coletivamente uma visão da Escola, como necessidade, como sonho, como utopia, como processo em andamento, foi proposta a leitura de um cartaz de maio de 68² que expõe um projeto de educação da classe operária francesa naquele contexto dos anos 1960. A imagem é uma representação que possibilita diferentes leituras, interpretações e enunciados. Da mesma forma que as atividades anteriores, a leitura proposta é reveladora de procedimentos, de valores e conhecimentos que estão presentes no repertório do grupo, nas relações que o grupo estabelece entre as utopias da geração 1968 e a realidade da Escola dos trabalhadores em 2009. O cartaz possibilita falar, pela presença ou pela ausência, dos inúmeros significados da universidade para diferentes classes sociais ou do sentido da formação oferecida quando há um projeto político explicitado.

Além do educador e do projeto de educação superior dos trabalhadores, era preciso incluir o trabalhador para quem o projeto de formação superior está sendo construído. Essa possibilidade se deu por meio dos depoimentos de dois trabalhadores que pretendem se candidatar a uma vaga na Escola (Anexo 4).

Os candidatos trazem suas experiências e expectativas possibilitando aos educadores pensarem sua atuação e o projeto curricular, os conhecimentos desejados, a formação a ser oferecida e a importância da primeira turma experimental. Por esse motivo, ao tomar os depoimentos, solicitou-se aos candidatos que falassem de seu trabalho uma vez que o trabalho é sua experiência, seu conhecimento e revela sua atuação e suas necessidades de formação para atuar politicamente.

Como aparece o trabalho em cada depoimento? Que significados assume para o formador? Como as histórias dos candidatos deixam de ser pessoais e ganham dimensão social e política? Se o currículo é um texto que produz sentido, a interpretação dos textos curriculares supõe uma atividade prática e

2 O cartaz está em "Les affiches de mai 68" da Beaus-Art de Dole, publicado em 2008. A imagem feita em silkscreen mostra uma fábrica e uma lousa entre chaminés onde se lê: "Por um ensino a serviço do povo" e abaixo: "Não à universidade de classe".

implica a consideração dos alunos e professores como sujeitos de todo o processo, ou seja, a construção de um projeto curricular precisa do interesse dos sujeitos.

Nessa atividade sobre os candidatos aparece a concepção educativa que os educadores praticam: como indagam e interpretam a manifestação do outro. Enfim, cada grupo revela seu repertório, mostra seus procedimentos e permite perceber como diferentes referenciais podem ser mais includentes ou excludentes e como são definidores de uma proposta de ensino e de Escola. As diferentes visões foram objeto de discussão para a criação de critérios mais próximos do projeto embora sem chegar a um consenso.

2. O CONHECIMENTO PRODUZIDO

As críticas ao texto do projeto enviado ao MEC foram essenciais para a preparação do grupo de docentes que vai receber a Comissão do MEC e para o aprimoramento do projeto, pois possibilitou:

- o aprofundamento teórico e metodológico de uma concepção formativa que deve se expressar no currículo e nas ementas;
- discussões sobre a natureza do objeto de conhecimento e suas implicações para o projeto dos trabalhadores;
- a reformulação de propostas, explicitação das opções e práticas da concepção de aprendizagem nas oficinas oferecidas.

Considerou-se ainda que a proposta curricular era a parte frágil uma vez que não deixava claro como os cursos e conteúdos oferecidos formam um cientista do trabalho. As dúvidas diziam respeito ao conhecimento, ao sujeito a ser formado, ao processo de aprendizagem, sociedade, ciência, portanto sobre o que justificava oferta curricular e qual profissional estaria sendo formado com aquela proposta.

O projeto curricular deveria tratar do *conhecimento que o sujeito precisa para se tornar um bacharel em Ciências do Trabalho e como propiciar essa formação em trabalho, ou seja, com qual concepção se obtém esse conhecimento*. Por isso trabalhar numa proposta curricular para um bacharelado considera a concepção de conhecimento, de sujeito, de aprendizagem, sociedade, de ciência, além de uma utopia.

As atuais teorias do currículo foram discutidas como subsídio para pensar a proposta de um percurso formativo e a formação acadêmica para a produção de conhecimento científico, identificada, de forma equivocada, com a visão tradicional de currículo. (Anexo 5)

“Qual currículo realiza o projeto Escola? Quais são os conhecimentos essenciais que o bacharel precisa para se formar nessa Escola? Como pode ser um percurso formativo para a proposta do curso oferecido em seis semestres?” As questões assumem formulações diferentes a cada momento, mas sempre referidas ao objeto de conhecimento e ao projeto curricular que é um projeto formativo.

2.1. A contribuição das oficinas

A Escola começa a se organizar como construção coletiva dos grupos de trabalho de educadores, na segunda oficina, a partir das leituras de um cartaz de maio de 68 que revelaram as certezas e as dúvidas de cada grupo. (Anexo 6) Essa visão vai se modificando com a discussão do objeto de conhecimento, das ementas e com a reflexão sobre os depoimentos dos candidatos a estudantes da Escola.

Escola é espaço de proliferação de conhecimento com visão crítica da sociedade tendo o estudante como sujeito deste processo? É o conhecimento que transforma a sociedade? Deve ser uma alternativa nas expectativas da classe trabalhadora (em virtude da diversidade desta classe)? Deve ter uma nova forma de ensinar que forme pessoas diferentes, na perspectiva da classe trabalhadora? São algumas das questões que aparecem ao longo do processo.

A diferença dessa Escola, não está só em seu conteúdo curricular, mas no modo como se dá a transformação desejada, no modo como se trabalha. A Escola por si só não mudará o mundo, não se pode carregar o projeto de expectativas em relação a essa mudança. Deve-se pensar os valores que fundamentam essa produção de conhecimento. O principal valor discutido é fomentar a liberdade. Um ensino baseado em valores humanistas, tais como solidariedade, pluralidade, pensamento crítico, respeito à diversidade e diferenças.

Qual é o projeto Escola? É produção de conhecimento que aponta perspectivas. Não é um projeto político e sim pedagógico. Um projeto pedagógico habilita a realidade histórica e busca alterar o quadro em que se vive. Capacitar para um conhecimento analítico e não “passar conhecimento”. Não produzir formas de dominação. Desvendar o conhecimento existente. Não é possível habilitar um indivíduo sem mudar o conhecimento já existente e também a forma de “conhecer esse conhecimento”. É preciso capacitar as pessoas para esse tipo de projeto educacional.

Um projeto pedagógico é sempre um projeto político. Não um projeto partidário, mas um projeto societário. Cada um faz sua escolha e discute criticamente os valores.

A Escola é espaço de produção sobre trabalho pela classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação. Tem como pressuposto a construção de sua identidade, porque esta é uma sociedade de classes e o conhecimento é uma construção coletiva e a classe trabalhadora é diversificada. A emancipação tem a ver com um projeto societário que se constrói com discussão, adesão e valores.

A Escola vai propiciar não apenas a apropriação de técnicas, mas uma visão de mundo que transcende as paredes da sala de aula. Ampliar a visão de mundo, não apenas com técnicas, mas

com repertórios que possibilitem interpretar, criticar e modificar a realidade na qual o estudante está inserido.

2.1.1. Objeto de conhecimento e ementas

A discussão crítica inicial nas oficinas se dava em torno da imprecisão sobre o objeto de estudo da Escola e da necessidade de abordar o leque de inserções do trabalho nas diferentes disciplinas. O trabalho, objeto do conhecimento dessa Escola, é objeto de vários campos do conhecimento. Assim, perguntou-se o que é trabalho e o que é essencial ou fundamental que os alunos dessa Escola conheçam em trabalho.

Inicialmente apareceram as seguintes manifestações individuais:

- Trabalho é atividade (criativa) humana;
- É atividade social. O que distingue trabalho de outras práticas;
- Trabalho concebido como princípio educativo;
- Trabalho como forma de organização e reprodução da vida social;
- Historicamente determinado. Trabalho produtivo a serviço do capital;
- Trabalho como o que estrutura um olhar sobre o mundo;
- Trabalho como processo é fluido;
- Trabalho ação humana sobre a natureza;
- Trabalho como ação humana que pressupõe um plano.

As contribuições dos grupos de trabalho sobre o conhecimento em trabalho – objeto de estudo da Escola - apareceram de formas diferentes a partir de procedimentos diferentes definidos pelos grupos.

O primeiro grupo procurou conceituar o que é o essencial em trabalho, mas sem definir uma linha de reflexão.

O que é trabalho?

Relações sociais de trabalho

- Divisão social do trabalho/ divisão sexual do trabalho
- Forma de produção e apropriação de riqueza e forma de dominação
- Mercado e mercadoria
- Regulação do trabalho e relações de poder: Estado, Movimento Sindical, empresas dimensões sociais, culturais...
- Inovações tecnológicas e trabalho

As formas concretas de trabalho

Trabalho e conhecimento

- conhecimento tácito, trabalho prescrito e trabalho concreto

Significado do trabalho

- Visões sobre o trabalho, significação e re-significação do trabalho e seus contextos históricos
- Os trabalhadores e sua identidade

Valor

- Valor do trabalho

Contexto

- Relações entre padrões de consumo e padrões de produção
- Questão ambiental

O segundo grupo definiu o que seria importante e cada participante criou livremente a partir dos seus conhecimentos e possibilidades. Com essas idéias construíram coletivamente. Organizaram as preocupações em um plano de conteúdos a serem oferecidos.

O objeto de estudo trabalho como disciplinas a serem oferecidas:

- Estrutura de produção e apropriação de renda e riqueza;
- Mudanças nos processos coletivos de organização e produção (sindicato/trabalho em rede);
- Dimensões conceituais do trabalho (tem uma disciplina que estuda isso?);
- Significados simbólicos do trabalho na perspectiva histórica e ideológica;
- Instituições, poder e sociedade;

- Evolução e assimetrias na divisão internacional de trabalho e na estrutura internacional de produção e poder.

O terceiro grupo elencou os temas essenciais em trabalho para se estudar nessa Escola, sem estabelecer regras.

Temas para o estudo do trabalho:

- Trabalho, produção e apropriação de riqueza;
- O trabalho como organização da vida em sociedade;
- Trabalho e políticas públicas;
- Trabalho e desenvolvimento;
- Trabalho e participação política e sindicalismo;
- Formação sobre mercado de trabalho no Brasil (capitalismo brasileiro);
- História da organização política dos trabalhadores;
- Trabalho, cultura e identidades;
- Sistema Brasileiro das Relações de Trabalho;
- Evolução das formas de organização da produção e do trabalho;
- Jornada de trabalho, tempo de trabalho e não trabalho;
- Trabalho rural e urbano;
- Trabalho e desigualdades sociais;
- Trabalho e educação;
- Economia do trabalho/abordagens teóricas;
- Trabalho enquanto drama;

A produção do grupo sobre o objeto de conhecimento é marcada pelos conhecimentos e formação de seus componentes do grupo. Outro grupo teria produzido outra sugestão. Essa produção foi reorganizada a partir de uma releitura, detalhada no Anexo 8, discutida com alguns professores convidados para as oficinas que, por sua vez, sugeriram uma organização que desse origem a cursos

ou ementas de determinadas áreas de conhecimento. Esta contribuição das oficinas sobre o objeto de estudo está incorporada na proposta de grade curricular, apresentada no final do processo de 2009. (Anexo 09)

As atividades dos grupos de educadores nas oficinas procuraram traduzir, por meio de ementas, essa leitura e abordagem do objeto de conhecimento. As seis ementas, discutidas e reelaboradas a partir das atividades das oficinas, estão reunidas no Anexo 7 e assim nomeadas:

- Trabalho no mundo contemporâneo;
- Sociedade em rede;
- O Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho;
- A luta dos trabalhadores e emancipação;
- Projetos societários de desenvolvimento
- O planeta à deriva?

A preocupação que se estabeleceu no processo de re-elaboração das ementas desses cursos foi com a formação acadêmica que visa à formação de um bacharel em Ciências do Trabalho comprometido com a intervenção nos problemas nacionais e regionais. Diferente de uma preocupação com a formação de especialistas. A produção das ementas está inacabada uma vez que o processo de elaboração foi interrompido por necessidade de se discutir os fundamentos desse processo formativo. (Anexo 7) Essa atividade deve ser retomada como parte do trabalho docente, com o tempo maior de elaboração e aprofundamento exigido pelo trabalho intelectual.

Também fez parte da discussão as indagações: Como se faz ciência? Como se forma um cientista do trabalho? E o que é Ciências do Trabalho? Para discutir as preocupações daquele momento, foram apresentadas as considerações de Vanilda Paiva (1983) sobre a Ciência da Educação que tem como objeto a normatização das práticas educativas e sobre as Ciências da Educação que buscavam se constituir como um campo de estudo e pesquisa dos fenômenos da educação. Essas considerações ajudavam a pensar as Ciências do Trabalho, uma vez que o trabalho, assim como a educação, é uma prática social. A educação é um campo de atuação. Um campo onde se pode aplicar o conhecimento de outras áreas. Um dos educadores lembrou, na ocasião, a dificuldade dos especialistas num tempo e num projeto que não deseja formar especialistas. *“Todos temos formação especialista. Não somos formados para entender o trabalho como campo de atuação. Como daremos conta de interpretar o indivíduo e respeitar suas trajetórias?”*

2.1.2. O projeto formativo: duas visões

A concepção formativa orienta a atuação do professor, ou seja, a relação, entre procedimentos e resultados, contem a concepção sobre o que é conhecer e o que é produzir conhecimento do ponto de vista “dos de baixo”.

A partir da discussão dos depoimentos dos candidatos a uma vaga na Escola, dois grupos sistematizaram suas leituras. Os textos são apresentados na forma como foram elaborados pelos grupos e permitem que se verifique como foram incorporadas as reflexões, feitas anteriormente, sobre o que é ser educador e como pensam o projeto da Escola dos trabalhadores.

O primeiro grupo apresenta sua produção lembrando que se trata de uma “tentativa de sistematização das discussões do grupo”, uma vez que o texto apresentado “não consegue refletir a riqueza do debate nem transcrever *bem* as idéias e expressões construídas pelo grupo”

Sobre o Sujeito:

Escola para Trabalhadores (gente da classe trabalhadora) – Luana e João podem participar?

Ganharíamos legitimidade ao trazer os trabalhadores para dentro, pensando não só como formandos, mas também como sujeitos na construção da Escola. Não pretendemos “falar em nome da classe trabalhadora,” mas sim construir um conhecimento com os trabalhadores.

Temos que lidar com o trabalhador concreto X trabalhador abstrato (idealizado). Isso expõe nosso limite. Ao se concretizar precisa de uma nova visão/intervenção que seja permanente.

A Escola seria a possibilidade de “espaços” e de vários itinerários formativos (bacharel e certificações intermediárias) que garantiriam a diversidade (caldeirão) de conhecimentos.

Sobre o Tema Trabalho e Vida (Atividade Humana):

Escola não é para formar quadros nem vanguarda e sim formar seres pensantes com conhecimento crítico.

Devemos tentar romper a hierarquia entre professor e aluno e tentar criar um espaço em que todos sejam “pesquisadores” (ou algum outro nome) para juntos construírem o itinerário formativo.

Uma proposta é que quem entra construa um projeto (individual ou em grupo) a partir de um problema, um tema, uma questão, etc. Pode ou não ser um projeto de intervenção, pode ser uma pesquisa ou um protótipo de alguma coisa. A partir daí os “professores” têm o papel de ajudar o grupo nos caminhos até os

conhecimentos necessários (áreas de conhecimento, instrumentais, teorias, etc) para desenvolver esse projeto.

Não existiria currículo pré-formatado e sim grandes eixos. Talvez um ciclo de discussões base para todos, mas que pode ser alterado conforme se conhece melhor o grupo, a partir das discussões, interesses e contribuições do grupo.

É extremamente importante a sistematização das experiências e das metodologias construídas ao longo do processo e a publicização dos resultados em revistas, artigos, filmes, material radiofônico, música, teatro, livros, palestras, etc.

Esse processo pode dar muita insegurança aos “professores” mas é o desafio que temos que nos colocar sempre para construir algo novo e diferente de fato.

É muito importante termos noção dos nossos limites – quando se refere aos nossos sonhos sem conhecer o que é realmente um projeto experimental. Ou até onde podemos chegar sem esbarrarmos no modelo e exigências legais MEC. A noção dos limites ajudará pensar os conteúdos.

Uma formulação que resume o projeto Escola dos Trabalhadores:

A Escola como um caminho para criar espaços de construção coletivo de conhecimento crítico e transformador, de interesse dos trabalhadores, em que a interação entre educando e educador se dá de forma horizontal e onde ambos são pesquisadores e atores da construção coletiva desse conhecimento.

A sistematização do segundo grupo fica registrada para apreciação das contribuições com um caráter semelhante ao do grupo anterior. A preocupação era com uma proposta que desse conta de responder sobre o percurso formativo que realiza o projeto.

Percurso experimental:

Nesse percurso será necessário reinventar ou inventar novas palavras para expressar essa experiência formativa. Os conceitos atuais contribuem para explicar a nossa realidade, mas são insuficientes para se pensar uma outra sociedade, um outro projeto societário. Novos elementos, novos valores, uma nova visão são necessários para se construir esse novo mundo.

Concepção: os homens e mulheres são seres no mundo responsáveis, quer queiram ou não, pela produção da existência, pela organização dessa produção. O sistema capitalista é uma forma de organização dessa

produção que privilegia bem poucos e penaliza a maioria. Através da história dos seres vai ficando cada vez mais presente e se torna uma questão ética de fundamental importância, o direito à VIDA, uma vida boa, de excelente qualidade. O direito à VIDA precede, inclusive, o direito ao trabalho. O trabalho, em nossa sociedade, é uma atividade vital, de VIDA, mas também de morte. Como colocar o trabalho no seu lugar de produtor de uma VIDA BOA?

Bloco 1

Que vida é essa? Como ela deve ser? Como garantir uma vida boa para todos e todas? Como analisar e transformar a nossa vida pensando historicamente, geograficamente, em relação a...

Que conhecimentos são necessários para essa análise?

Como estruturar um percurso formativo tendo como eixo a VIDA BOA.

Bloco 2:

Partir da experiência/repertório dos sujeitos participantes da Escola.

Trabalhar a idéia de experiência e atividade humana desenvolvida, por exemplo, por Thompson e por Yves Schwartz entre outros.

Buscar formas criativas e dinâmicas para que a experiência/repertório dos participantes se manifeste de forma crítica, analítica.

Bloco 3:

- *Propiciar outras “experiências” de conhecimento (prática e teórica). Criar novas situações de análise (outros processos de trabalho, outras atividades humanas...). Apresentar o novo, o desconhecido, o desafio... estabelecer a relação do macro com o micro, nas várias situações da atividade humana.*
- *Que conhecimentos serão necessários nesse momento? Que experiências serão necessárias? Que leituras fazer? Que outras linguagens experimentar?*
- *Promover o diálogo “interdisciplinar”: arte, poesia, literatura, música, cinema, teatro, pintura, filosofia, antropologia.*
- *Ir a campo..., por exemplo, se aproximar do pensamento indígena sobre o mundo.*
- *Estudar, por exemplo, para realizar este percurso, autores da antropologia como Malinowsky (1884-1942), Lévi-Strauss ou da geografia como Milton Santos, ou da ecologia como Leonardo Boff, ou Ignacy Sachs (nasceu em Varsóvia, 1927, ecossocioeconomista). Ou da filosofia como Gaston Bachelard (1884-1942). E da literatura como Guimarães Rosa (1908-1967).*
- *Que ferramentas serão necessárias se adquirir ou se aprimorar nesse percurso: escrita, leitura,*

observação, registro?

Cada bloco será objeto de análise por parte dos participantes/pesquisadores (antigos estudantes e docentes). E cada bloco será objeto de percursos formativos diferenciados, ancorados no tempo e espaço daquele grupo de pessoas.

Porque esta proposta? O que ela poderá propiciar?

- *Possibilita a totalização do Ser inserido na Experiência (micro-macro, regional, local, nacional).*
- *Possibilita uma relação entre os participantes (“estudantes” e “docentes) mediada pelo conhecimento e pela experiência.*
- *Possibilita uma relação horizontal, dialógica da experiência.*
- *Possibilita, a partir da experiência individual e coletiva, o desejo da “teoria” de uma forma ampla, não doutrinária.*
- *Possibilita a vivência e a análise de outras experiências enquanto atividade humana, como a arte, a ciência e os processos de trabalho.*
- *Possibilita a apropriação de linguagens como essenciais ao processo de conhecimento e à divulgação desse conhecimento, como a escrita, leitura, cinema e outras...*
- *Oferece a mediação e o encontro entre a experiência/repertório e o conhecimento socialmente produzido.*
- *Reafirma o direito a ser conquistado, o direito à informação e ao conhecimento socialmente produzido.*
- *Reafirma a intenção política da Escola: a (crença) certeza de que uma outra sociedade é possível. E que é possível transformar essa nossa sociedade desigual. E a transformação pode ser feita por homens e mulheres de carne, osso, mente e coração.*
- *Esta proposta inclui, de maneira atrativa e criativa (na forma e no conteúdo), o estudo e os desejos de “estudantes e docentes”, doravante pesquisadores e interventores, na busca e na construção e/ou explicitação da UTOPIA de uma VIDA BOA, sem exceções.*
- *Explicita que o papel e o dever da Escola é fazer a mediação entre o encontro do conhecimento socialmente produzido com o repertório individual.*

As duas propostas trazem contribuições significativas para o projeto e se assemelham ao valorizar a indeterminação curricular, como forma de evitar constrangimentos ao processo e limitar a participação dos estudantes ou do formador. Aparecem aqui as influências dos Estudos Culturais, discutidos com uma parte do grupo fora das oficinas, que reforçam esses percursos formativos amplos. No entanto, a originalidade do projeto não está nessa autonomia ou liberdade curricular, uma vez que existem projetos com currículos livres e nem por isso são significativos do ponto de

vista formativo. Considerou-se que ainda faltava clareza, naquele momento do processo, sobre o que é Ciências do Trabalho e o que justifica a criação da Escola dos Trabalhadores em sua especificidade, naquilo que a distingue das demais. Essa possibilidade surgiu com a retomada da primeira contribuição vinda da leitura do texto de Vanilda Paiva (1983), apresentada na segunda oficina. Também contribuíram as leituras de Nóvoa (1991) e Pimenta (1996 - 2006) e dos Estudos Culturais de Richard Johnson (2006) discutidos com um grupo de educadores fora da oficina e de Terry Shinn (2008) sobre a ciência e as ciências. As contribuições dos acadêmicos colaboradores do projeto foram significativas no processo de construção social dos fundamentos do projeto e aparecem no texto do Anexo 09.

2.2. A contribuição acadêmica

A colaboração dos acadêmicos, antes e durante as oficinas, contribuiu para pensar e fundamentar o que já havia sido produzido. Os professores relataram experiências, anteciparam dificuldades, formularam críticas, dúvidas, indicaram leituras, apresentaram iniciativas semelhantes no país e fizeram sugestões. Nas oficinas contamos com a presença dos professores: Gaudêncio Frigotto (UERJ), Heloísa Helena de Souza Martin (USP), Hugo da Gama Cerqueira (UFMG), José Sérgio Leite Lopes (UFRJ), Maria do Carmo Martins (Unicamp) e José Dari Krein (CESIT). Outros docentes, convidados para as oficinas, não puderam comparecer.³

Reunimos algumas contribuições que, ao lado de outras, ajudaram a pensar e compor o projeto curricular apresentado e discutido na última oficina de 2009.

2.2.1. Gaudêncio Frigotto

Os escritos de Marx de 1871, diz Frigotto⁴, chamam a atenção para a possibilidade de a classe operária transformar a 'ciência da dominação'. Para ele, a ciência não tem nada de óbvio; mesmo aquilo que parece repetição pode resultar em um novo aprendizado.

Um ponto importante emerge ao se pensar uma Escola de Trabalhadores: concordando com Marx, Frigotto afirma que esta Escola não deve ser ideológica, mas científica, pois a formação política dos

³ Professores Glauco Arbix (Ciências Sociais), João Zanetic (Física), Marcos Barbosa (Educação), Odette Seabra (Geografia), todos da USP. E os professores Lucília R.S. Machado, da UFMG e Marcos César Freitas, da Unifesp Guarulhos.

⁴ Gaudêncio Frigotto é professor doutor

trabalhadores se dá fora da Escola, na sociedade. E lembra que a Escola para Trabalhadores, segundo Gramsci, não restringia o entendimento ao torno: “é preciso entender a ciência que está no torno”.

Frigotto considera quatro elementos que devem atuar conjuntamente, para se estruturar uma Escola:

- A Escola deve ter direção;
- A Escola deve ter concepção;
- A Escola deve ter conteúdo;
- A Escola deve ter método.

No caso da Escola de Trabalhadores, é necessário discutir: concepção de Trabalho, de Ciência, de Conhecimento, de Sociedade.

Frigotto explicita a importância de se discutir Trabalho devido às várias dimensões que este adquire historicamente. Em suas palavras, no modo de produção capitalista, o trabalhador, antes escravo ou servo, transforma-se em detentor de sua força (física e mental) de trabalho. Torna-se livre do proprietário, mas também livre da propriedade dos meios de vida. De escravo, como animal que fala, passa a ser concebido como um animal que pensa. Sua tarefa não requer conhecer o que faz, mas executar o que o comando da produção lhe prescreve. Por isso, para Taylor, um dos teóricos clássicos da gestão e gerência do trabalho da nascente sociedade capitalista, apontava que o ideal seria que o trabalhador fosse como um macaco domesticado.

No plano ideológico a burguesia rompe com a essência divina da idade medieval, mas a substitui por uma essência humana entendida como “natureza dos homens” (utilitarista, egoísta.) De Locke, Hume e Hobbes, Adam Smith e Frederich Hayek aos economistas, sociólogos, antropólogos, pedagogos e psicólogos da ordem do capital, trata-se da projeção da natureza específica do homem burguês, da racionalidade do proprietário privado que se relaciona com os outros pela mediação de seus interesses egoístas. O trabalho assume centralidade, mas não na sua dimensão onto-criativa e sim como uma mercadoria especial, força de trabalho, a ser negociada no mercado. O senso comum que se instaura pelo 'ethos cultural' capitalista faz com que a maioria das pessoas considere que somente é trabalho aquilo que produz mercadorias ou serviços em troca tem uma remuneração financeira.

O pesquisador ainda colabora para o projeto de uma Escola de Trabalhadores algumas considerações. Afirma que a Escola tem que ajudar os trabalhadores a lerem, a compreenderem os

sindicatos. O curso deve servir para pôr ordem em suas idéias. Em suas palavras, a Escola precisa “ter orelha grande e coração grande” para ouvir o saber do trabalhador antes do processo de aprendizagem. Após respeitar a experiência do trabalho, o saber do trabalho, é que se pode afirmar o conhecimento.

Desse modo, para Frigotto, fica explícito o método de trabalho da Escola como construção do conhecimento que começa do sujeito que conhece. Ele explica que esse método se relaciona com o método histórico dialético, haja vista que postula que a parte contém e está contida no todo. Com o método dialético, não se trata de descrever a realidade, mas de interpretá-la, entender como ela se produz.

O pesquisador fala da interdisciplinaridade como necessidade e como problemática, uma vez que os objetos são interdisciplinares, mas cada ciência em particular quer capturar o seu objeto e não considera que a própria realidade é interdisciplinar.

Frigotto finaliza sua reflexão acentuando que a Escola dos Trabalhadores tem a potencialidade para ser um espaço plural com direção, ou seja, com o pensar direcionado, mas não restrito.

2.2.2. Heloísa Helena de Souza Martins

A participação da professora Heloísa Martins⁵ foi no sentido de pensar a contribuição da sociologia para o currículo dos trabalhadores, uma vez que a professora está, desde 1998, envolvida com a discussão do currículo de sociologia para a formação do sociólogo e do aluno do ensino médio.

A reflexão que ela faz sobre a sociologia para o ensino médio começa por considerar que o aluno é portador de conhecimentos. Assim, a Escola dos Trabalhadores também deve ter em conta a vivência do trabalhador.

No ensino médio a disciplina de sociologia visará transmitir conhecimentos científicos das Ciências Sociais que são diferentes dos conhecimentos dos alunos. O conhecimento dos alunos é o senso comum, resultado das experiências vividas por eles, nas relações com familiares, colegas, militantes. São conhecimentos adquiridos em diferentes espaços que propiciam uma socialização secundária. Eles aprendem e ensinam – se socializam.

Heloísa afirma que a base de qualquer proposta curricular e seu objetivo é superar esse conhecimento de senso comum. Uma boa pergunta é: por que esse conhecimento do aluno não é

5 Heloísa Helena de Souza Martins e professora doutora em Sociologia

suficiente? Entender o que é o senso comum pode ajudar. O senso comum, segundo Heloísa, é acrítico, marcado por preconceitos, revela julgamentos de valores e está próximo da ideologia; pode ser entendido também como falta de rigor lógico, de espírito crítico, de profundidade. Já o conhecimento científico pode ser entendido como: razão, objetividade, coerência, consistência, originalidade. Assim, o ensino na sociologia está muito ligado ao ensino de um conhecimento sistemático, secular, sobre uma realidade, e que pode ser empiricamente validado.

As Ciências Sociais tomam como objeto de estudo questões que afligem os homens sociais. Mas como essas questões podem ser estudadas, ou seja, que recursos metodológicos podem ser usados para isso? A resposta é superar o conhecimento do senso comum (bom senso) – através do 'estranhamento', da 'desnaturalização'. O estranhamento seria desenvolver uma atitude, construir um distanciamento diante do objeto, olhar para a sociedade e para o outro como se não fosse familiar. Heloísa afirma que o estranhamento é necessário para compreender e interpretar. Ele implica desnaturalização, não tomar como natural. Ou seja, tudo é produto das relações que os indivíduos criam em sociedade. Tudo é produto histórico. Isto implica recusar as relações como naturais.

A pesquisadora fornece dados de uma pesquisa que realizou sobre os estudos existentes sobre trabalho. Afirma que o primeiro trabalho escrito sobre a classe trabalhadora no Brasil foi o de Azis Simão sobre o voto operário. Este professor da USP levou para a universidade o tema trabalho e sindicato. Heloísa explica que Simão foi militante do movimento socialista e tentou organizar os trabalhadores gráficos. O tema que Azis Simão levou para a universidade passou pelo crivo do método científico. Heloísa explica que ter um vínculo com o movimento social é bem diferente de fazer um estudo sobre o movimento social. Ela afirma que é necessário construir a objetividade, construir uma explicação consistente/ coerente sobre o movimento social.

Salienta ainda a importância do conhecimento teórico para a classe trabalhadora: Não basta sentir, viver a exploração, é preciso explicá-la.

Menciona o estudo de Celso Frederico sobre a vanguarda operária da indústria metalúrgica que utiliza o próprio conhecimento teórico dessa vanguarda. Seu objetivo era fazer voltar aos trabalhadores o conhecimento elaborado em conjunto com os trabalhadores. Por outro lado, Luis Carlos Rainho morou no ABC, fez observação participante, teve problemas com a aceitação do trabalho na universidade. Os acadêmicos não aceitaram sua tese porque era composta por depoimentos transcritos sem uma análise. Heloísa explica essa rejeição como fruto das exigências e regras próprias da academia.

A experiência do Ruskin College, na Inglaterra foi lembrada como a de uma instituição fundada

para dar à classe operária acesso à educação superior como conhecimento, sem a preocupação com a certificação. Um de seus tutores, Raphael Samuel, levou operários e membros do movimento social para apresentarem seminários a fim de discutir a vida dos trabalhadores. O objetivo era também envolver os intelectuais populares nas pesquisas sobre a classe operária, ou seja, pensar, construir uma história a partir dos de baixo. Esse empreendimento começa a dar voz para o trabalhador e a recuperar a fala dele – isto é o que se pode chamar de história oral.⁶

O trabalho de José Sérgio Leite Lopes é citado pela pesquisadora. Este autor vai ao passado para entender uma empresa de tecelagem e a cidade de Paulista. É também um estudo da classe operária ao tentar reconstruir as relações nos bairros operários.

A pesquisadora contribui para a reflexão do projeto de uma Escola dos Trabalhadores afirmando que o conhecimento científico crítico pode ser usado para transformar a realidade social. Explica que a ciência para Marx é a da revolução, ou seja, o conhecimento científico é aquele que descobre a base da exploração e contribui para revolucionar a sociedade. Assim, dotar o operário desse conhecimento é dar subsídios para a revolução. Enquanto trabalhador ele pode pensar como parte de um coletivo, parte dessa transformação. É isso o que pode ser, para Heloísa, a maior contribuição da Escola. A pergunta inicial da Escola seria: por que a produção do conhecimento? Porque é a base da transformação. Heloísa afirma que na base do curso teria uma utopia, ancorada na revolução social. Ela complementa dizendo que o trabalhador detém um conhecimento sobre trabalho e que ele desenvolveria essa utopia.

2.2.3. José Sérgio Leite Lopes

A contribuição da antropologia, área a que o professor José Sérgio se dedica, surge para aprofundar o conhecimento dos povos estranhos. Ela começa com os relatos de missionários e pesquisadores. Mais tarde, grandes nomes, como Boas e Malinowski, vão desenvolver métodos de observação, ou seja, observação da sociedade como totalidade, o que inclui o trabalho.

Segundo José Sérgio, o estudo do trabalho se justifica pelo próprio caráter do trabalho, isto é, pelo fato de que o trabalho está embebido no social. Há trabalho seja por motivos religiosos, seja por razões familiares, seja pela troca. Para o pesquisador, a antropologia do trabalho buscaria justamente conhecer a experiência do trabalho – a cultura que desenvolve, a permanência de

6 Ruskin College também foi o berço do movimento History Workshop que abriu um espaço para a história narrada a partir do homem comum. Autores como E. Thompson e Peter Burke vão se concentrar nesse novo modo de escrever a história. (Burke, P.2004, p.27)

problemas do passado que se manifestam de formas diferentes no presente.

José Sérgio tem estudado alguns temas a partir de uma visão antropológica, sociológica, econômica do trabalho como história, memória e tem estudado a saúde e o desgaste do trabalhador, conseqüências para o meio ambiente e constituição de novas formas de lazer. Esses são também os tópicos de Antropologia do Trabalho e do Trabalhador, curso que ele oferece em nível de pós-graduação na UFRJ. Nesse curso, com caráter de oficina de trabalho para discussão de pesquisas, trata de concepções de memória e de história de determinados grupos de trabalhadores, passando por temas relacionados, como o da reconstituição social da obra e da trajetória de cientistas sociais que constituíram um subdomínio de estudos sobre trabalho no Brasil com o apoio de uma vasta bibliografia.

Entre dezenas de textos para escolher, foi recomendado aos participantes das oficinas a leitura de “Subjetividade e linguagem do trabalho”, publicado na Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho de 1997. Neste artigo, Leite Lopes dá uma enorme contribuição para a questão da pesquisa que interessa à constituição das Ciências do Trabalho como campo de conhecimento do trabalhador. Trata das quatro linhas de pesquisa que, dos anos 60 aos 80 romperam com o predomínio de uma visão objetivista da ciência trazendo para o estudo do trabalho uma importante contribuição ao incorporar a subjetividade e a linguagem. São elas a história social inglesa conhecida como a “história dos de baixo”, o interacionismo simbólico da Escola de Chicago, a contribuição dos estudos antropológicos e sociológicos da Escola bourdesiana e os estudos da nova história social, da história antropológica e da sociologia histórica que estavam, pela composição, misturando as áreas de conhecimento para entender a realidade em transformação. Desse trabalho de Leite Lopes, destaca-se a linha de pesquisa conhecida como *História Social Inglesa que produz conhecimento “em oposição à história econômica do trabalho hegemônica, mediante uma reapropriação de contribuições antropológicas da época”*. Thompson usa a fala dos trabalhadores que viveram a Revolução Industrial na Inglaterra, o vivido e o percebido por estes sujeitos em sua experiência de vida, como ponto de partida para compreender as transformações e continuidades dessa época como uma totalidade dialética. Os autores dessa linha mostram a importância da cultura, os costumes, rituais e recursos simbólicos das classes populares, como momento explicativo essencial da realidade como um todo. (Lopes 1997)

2.2.4. Hugo da Gama Cerqueira⁷

Hugo trata da economia política clássica (Smith, Ricardo, Marx), onde inclui também de Keynes e Schumpeter. Para ele, a Economia do Trabalho, é uma disciplina interessada no funcionamento do mercado de trabalho, salário, emprego. Essa subdivisão da economia se utiliza de diferentes abordagens metodológicas: Marx se interessou pelo processo de trabalho, já a administração se concentra nas teorias de gestão do processo de trabalho (parcelamento, fragmentação do trabalho).

O pesquisador explica que há autores que olham do ventre da empresa, do ponto de vista da empresa, um exemplo é H. Taylor. Hoje em dia, há também autores que partilham desse mesmo ponto de vista, eles pensam a qualidade total.

Pensando a Escola dos Trabalhadores, Hugo sugere que o trabalho seja discutido a partir de diferentes pontos de vista (antropológico, sociológico, econômico). Poderiam ser estudados os pensadores Karl Polanyi, Adam Smith, Marx, entre outros. O pesquisador sugere também que sejam estudados os seguintes pontos: relações de trabalho e sindicalismo; Direito - que rege as negociações coletivas, aparato legal e institucional; as instituições brasileiras. Para ele é igualmente importante entender a dimensão econômica da sociabilidade: “será que no passado as pessoas trabalhavam por motivações religiosas e/ou para se inserirem na sociedade?”.

Hugo chama a atenção para a dimensão histórica da economia. Ele explica que o homem tem necessidade de trabalhar, de organizar o trabalho. Marx, Smith, Weber estudaram os temas trabalho e a organização da vida em sociedade e divisão social do trabalho. Deve-se esclarecer que a motivação do trabalho não começou capitalista. A divisão do trabalho era organizada pela igreja/Estado, não era o mercado (comércio) que imperava.

O pesquisador explicita que a continuidade do estudo da economia vai explicando questões da economia contemporânea, como por exemplo, qual é a dinâmica do capitalismo? O que são as crises? Pode-se também incluir o debate sobre a desigualdade, a idéia de justiça, de redistribuição.

Um curso sobre economia, tendo por base as idéias de Marx, poderia esclarecer o conceito de capital. Para o trabalhador é crucial entender que o capital é produto de seu trabalho. Ele tem que se apropriar desse conhecimento para se entender na crise/ na sociedade capitalista. Do contrário, o trabalhador (homem comum) vive a crise como um problema externo, ele não consegue problematizar a crise. No entanto, Hugo não exclui por completo o entendimento do homem comum, ele afirma que as teorias são parte do senso comum. Assim, o pensamento do trabalhador é

7

Professor doutor do Departamento de Economia UFMG e vice diretor do Cedeplar

o ponto de partida para aperfeiçoar o entendimento da sociedade e do próprio lugar do trabalhador na sociedade.

O estudo da economia pelos trabalhadores comporta um sentido político mais amplo, de intervenção social. Isso implicaria pensar as relações entre países: dependência financeira, produção de inovações e porque o Brasil tem dificuldade de fazer ciência e tecnologia diferente de outros países.

Seria interessante estudar o que se entende por desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento. Existem as teorias de Celso Furtado, da Cepal, de F. H. Cardoso e E. Faletto. Igualmente interessante seria o estudo dos padrões de desenvolvimento capitalista, ou seja, o estudo histórico de como o capitalismo se desenvolveu na Inglaterra, EUA, Alemanha, Coréia, Japão. O estudo do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) mostraria que o capitalismo tem muitas caras.

Para Hugo, não se pode excluir do entendimento da relação entre trabalho e capital, os modos de organização do trabalho denominados Taylorismo, Fordismo, Toyotismo. Esses modos é o que se pode entender por trabalho pensado não ao nível do mercado, mas pensado no interior da fábrica, a forma como o trabalho é organizado dentro de cada empresa, a partir de repressão, disciplina, controle do tempo. Pensar essa organização, diz ele, traz a reflexão sobre a resistência, a organização política dos trabalhadores.

2.3. Ciências do Trabalho e a formação dos trabalhadores

Como já foi dito, as questões que surgiram da primeira leitura do projeto criaram a necessidade de rever o texto e fundamentar o projeto curricular em Ciências do Trabalho. Para isso foi preciso lidar com as questões, dúvidas, sugestões, reformulações, conceitos e possibilidades que sintetizaram os avanços na elaboração do projeto em quatro pontos fundamentais:

- O que é Ciências do Trabalho
- O que justifica a criação de uma Escola dos Trabalhadores. O que distingue essa Escola de outras existentes no país.
- O que é trabalho – objeto de estudo
- Qual a concepção formativa que realiza o projeto curricular

Um texto que pretende dar conta dessas questões foi elaborado e deve contribuir para aprimorar o

projeto e para a preparação de um coletivo de educadores. O texto se encontra no Anexo 09 como registro da produção desse coletivo, nesse momento, para ser analisado e modificado. Por esse motivo, a proposta do bacharelado e a grade curricular podem ser lidas no documento anexo e trata-se aqui apenas dos quatro tópicos mencionados.

2.3.1. O que são as Ciências do Trabalho

Não se pretende uma definição de *Ciências do Trabalho*, mas uma construção social do seu entendimento a partir do objeto de estudo da Escola e do debate, que acontece na educação, sobre a constituição das Ciências da Educação.

A educação é uma prática social, uma atividade, um *campo privilegiado de aplicação das descobertas das ciências do comportamento*. Alguns estudiosos acreditam que a educação será estudada sempre do ponto de vista de várias ciências particulares. (Paiva 1983) Outros consideram que as ciências que estudam a educação contribuem, mas deixam de lado os problemas da prática educativa porque pesquisam *sobre* e não *a partir* da educação. (Nóvoa - 1991; Pimenta - 1996, 2006) Para esses autores isso justifica a necessidade de constituição das Ciências da Educação.

O trabalho, à semelhança da educação, é uma prática social, uma atividade humana e objeto de estudo de vários campos de conhecimento. A Escola dos Trabalhadores considera que Ciências do Trabalho estuda e pesquisa a partir do trabalho e do trabalhador e não sobre o trabalho e sobre o trabalhador. As Ciências do Trabalho como um campo conhecimento que sistematiza os estudos e pesquisas em trabalho, realizadas pelo trabalhador, será constituído a partir da experiência do trabalhador como grupo social e dos fundamentos teóricos e metodológicos das áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas.

2.3.2. O que justifica a criação da Escola dos Trabalhadores e o que distingue essa Escola de outras existentes no país

A Escola de Ciências do Trabalho ganha especificidade ao conceber a possibilidade de se produzir conhecimento do trabalhador sobre uma atividade humana em que ele é ao mesmo tempo objeto e sujeito do conhecimento. Este é o sentido da formação pretendida pela Escola de Ciências do Trabalho: possibilitar a trabalhadores e dirigentes sindicais, o estudo do trabalho nas diferentes manifestações que interessam a esses grupos sociais, possibilitando diferentes abordagens e o

desenvolvimento de uma metodologia adequada a pesquisa do trabalho realizada pelo trabalhador. Desse modo, o sujeito se transforma no processo de conhecer.

2.3.3. O que é trabalho - objeto de estudo

O trabalho inerente à vida humana constitui o cerne do que se considera humanidade. Tanto o trabalhar como as diferentes organizações sociais ao longo da história são resultado e, ao mesmo tempo, requisito da condição humana e exclusiva de sua forma de vida (Marx 1975). Essa atividade humana por excelência - por meio da qual homens e mulheres constroem o mundo e produzem a vida, seja de modo compartilhado ou por meio de coerção – reúne na mesma unidade o *fazer*, o *pensar*, o *interpretar* e o *sentir*. O trabalho *strictu sensu* e as relações sociais de trabalho são, portanto, fonte não só da riqueza social, mas também de idéias, de princípios, de sentimentos, de sonhos e de lutas. A sociedade capitalista trouxe, em seu desenvolvimento, a necessidade de conhecimento científico sobre distintas dimensões do trabalho. Ao longo da história do modo de produção capitalista, o conhecimento sobre trabalho tem sido aperfeiçoado, inovado e seus processos investigados na teoria e experimentados na prática.

2.3.4. A concepção formativa do projeto curricular

A formação, que não separa fazer e pensar, possibilita uma constante reformulação do pensamento e da prática. O projeto formativo que a Escola de Ciências do Trabalho propõe experimentar em seu primeiro curso de graduação se referencia na contribuição de estudos e trabalhos teórico-metodológicos que possibilitam:

- Compreender que a aprendizagem de trabalhadores estudantes se realiza como produção de conhecimento mediada e tem como idéia central que o conhecimento e a transformação não surgem de uma relação passiva entre sujeito e objeto, mas da atividade do sujeito sobre o mundo. O sentido político do projeto de conhecimento move o processo e evidencia a distinção entre conhecimento instrumental e práxis. Nesse sentido o processo de produção de conhecimento é um processo formativo em que o sujeito participa “formando-se por meio do conhecimento e conhecendo-se na sua formação” (Léfèbvre 1979)
- Propor a pesquisa como itinerário formativo do estudante, uma vez que parte de suas indagações, organiza sua busca teórica e metodológica e realiza a aproximação do problema e

da realidade que se deseja conhecer. A aquisição de uma postura investigativa crítica, pelo estudante, orienta o projeto formativo que privilegia o processo de produção de conhecimento;

- Compreender como as escolhas metodológicas estão relacionadas à forma como se indaga a realidade, aos problemas a estudar e ao contexto em que se desenvolvem esses estudos.

A partir da construção social desse entendimento das Ciências do Trabalho e dos objetivos para a formação dos estudantes, o processo formativo dos educadores da Escola poderá lidar sem dificuldade com a elaboração das ementas que realizam na sala de aula a formação do bacharel em Ciências do Trabalho.

3. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Realizar as oficinas com menos tempo de duração e maior frequência de encontros, foi uma escolha que teve o propósito de reunir com maior regularidade o grupo de coordenação e os educadores, dar tempo para os participantes realizarem as leituras e redigirem suas anotações e contribuições. Entretanto, o tempo foi considerado insuficiente para:

- O debate teórico-prático sobre um processo de produção do conhecimento e sua possibilidade efetiva;
- A atuação na mediação e sistematização do conhecimento durante a oficina;
- Tratar da metodologia de produção de conhecimento “dos de baixo” e para o envolvimento dos participantes com a pesquisa que interessa ao projeto da Escola, para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento e possibilitar um novo conhecimento;
- O trabalho intelectual de elaboração que se requer de todos os envolvidos em uma Escola de educação superior antes, durante e depois das atividades formativas.

Uma parte significativa do trabalho de elaboração foi dedicada aos fundamentos das Ciências do Trabalho para a possibilidade de constituir um campo de conhecimento próprio dos trabalhadores e das formas como o currículo pode espelhar essa proposta. O fato dessa atividade ter sido realizada entre as oficinas, o processo de produção coletiva durante a oficina, como estava previsto, não se desenvolveu com a mediação necessária. Foi avaliado que é preciso aprofundar o conhecimento, os estudos e incorporar as diferentes leituras e contribuições do coletivo de educadores.

A presença dos professores convidados foi avaliada como positiva por ter contribuído com a experiência docente, com provocações, com abordagens teóricas e metodológicas, com questões que fizeram pensar e que aos poucos vão sendo incorporadas ao projeto. Ficou clara a importância de a Escola ampliar a cooperação com professores, pesquisadores de outras instituições para projetos a serem desenvolvidos em conjunto.

Perspectivas:

- Implantação simultânea do processo de gestão da Escola e de discussão do currículo com a equipe gestora e com a equipe que constrói o projeto, o que envolve os educadores;

- Conhecer as implicações da gestão e escolher a forma de gestão da Escola e de gestão do projeto curricular mais adequada para realização do projeto dos trabalhadores.
- Articular os dilemas da equipe e o interesse do DIEESE no grupo de professores que em 2009 participou das oficinas. Detalhar com a equipe as providências para implantar o projeto definindo a data de início;
- Definir um coordenador acadêmico;
- Realizar o planejamento da implantação do curso com os professores do primeiro ano para afinar os critérios do 1º ano fundamental; pensar cada uma das disciplinas do 1º e 2º semestres; ter uma profunda discussão sobre pesquisa.
- Criar um programa de formação docente para implementação do projeto formativo que inclua o trabalho com a proposta do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais - PCDA, como formação sindical, com o projeto Escola, como formação acadêmica;
- Elaborar projetos de pesquisa em cooperação com grupos de pesquisa dentro e fora do país que manifestarem interesse em trabalhos conjuntos;
- Reelaborar o texto do projeto curricular da Escola:
 - Incluir a avaliação que é fundamental e não consta do projeto com o conhecimento específico, necessário para o projeto dos trabalhadores;
 - Aprofundar o conhecimento e as abordagens do objeto de conhecimento,
 - Aprofundar o conhecimento sobre a constituição de um campo de conhecimento,
 - Aprofundar a discussão sobre as abordagens metodológicas que interessam à produção de conhecimento “dos de baixo”;
- Amadurecer a proposta curricular elaborada nas oficinas;
- Elaborar as ementas dos cursos do primeiro ano;
- Definir a seleção, regimento e o sistema de créditos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter – O que é História Cultural? Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2004.

BURKE, Peter – História e Teoria Social. São Paulo. Editora UNESP. 1992

FRIGOTTO, Gaudêncio FRIGOTTO, G. A. CIAVATTA, M. “Educar o trabalhador produtivo ou o ser humano emancipado?” in Trabalho, Educação e Saúde, 1 (1) 2003

JOHNSON Richard – O que é afinal estudos sociais? Belo Horizonte. Autentica, 2006.

LÉFEBVRE, H. Sociologia de Marx. Rio, Forense Universitária, 1979

LOPES, J. S. L. “Subjetividade e linguagem do trabalho” in Revista Latino- americana de Estudos do Trabalho, ano 3, número 5, 1997

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

NÓVOA Antonio As ciências da educação e os processos de mudança. Lisboa. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1991.

PIMENTA, Selma G. Educação, Pedagogia e Didática. In Pimenta, S.G(org) Pedagogia, ciência da educação? São Paulo, Cortez. 1996

PIMENTA, S.G. *Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências na formação e na atuação docente*. In Pimenta, S.G. & Ghedin, E. *Pesquisa em Educação*. São Paulo, SP: Loyola, 2006

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Ensino e Pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Cadernos de Pedagogia Universitária 3, Pró-reitoria de Graduação da USP, abril 2008

SILVA, T. T. (org.) O que é afinal Estudos Culturais? Belo Horizonte, Autêntica, 2006

SHINN, Terry, Regimes de produção e difusão da ciência rumo a uma organização transversal do conhecimento. In Sientiae Studia Revista Latino-americana de Filosofia e História da Ciência. São

Paulo. V. 6.n.1 jan/mar 2008: 11-42

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, SP: Livraria e Editora Polis, 1981.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. London, Penguin books, 1991

ANEXOS

Anexo I

**O que você acha que é ser educador da
Escola dos Trabalhadores?**

O que você acha que é ser educador da Escola dos Trabalhadores?

Ana Yara:

- Possibilitar situações de valorização do conhecimento dos trabalhadores: Existe uma idéia que somente o conhecimento acadêmico/científico tem valor. Portanto é necessário resgatar o valor do conhecimento da classe trabalhadora.
- Possibilitar situações de análise crítica da sociedade: contestar a “verdade” exposta hoje e olhar as fontes destas diferentes verdades e contrapor.
- Possibilitar situações de construção coletiva do conhecimento.

Inácio:

- Possibilidade de produzir conhecimento fora da academia tradicional: “Weber não sobreviveria à academia de hoje”

Angela:

- Estimular o pensamento crítico: pensar, sentir... olhar para os livros e dizer o que se pensa e não apenas reproduzir o que leu. Pensar politicamente, racionalmente e gerar um conhecimento novo.
- Duas questões são muito importantes quando se pensa os propósitos da Escola: 1) O desafio de desconstruir mitos, teses, e se perguntar como com o conhecimento da nossa história, poderemos repassar, refazer a escola e 2) Ser e passar aquilo em que acredita, passar equilíbrio.
- Gerar inquietação e buscar conhecimentos que articulem tempos históricos e dimensões da vida humana (pensamento sintético)
- Ser um exemplo de compromisso com a busca por uma sociedade justa e solidária

Jardel:

- Respeitar o conhecimento formado nas trajetórias de vida e de trabalho: quem for enfrentar esta tarefa tem que ser alguém capaz de aprender a ser um educador. Hoje não temos esta figura (educador), precisamos recompô-la. Temos atualmente profissionais da educação.
- A dificuldade que este educador terá é respeitar os saberes como o objeto (conhecimento) a ser passado.
- Se tivermos a capacidade de aprender quem somos nós, nossos valores, e que somos capazes de marcar os outros e sabermos dos riscos que isto significa, que estamos num jogo de poder, que deveremos nos abrir de novo, poderemos iniciar um processo de aprendizado e descobertas.

- O educador deve ser humilde para estimular as pessoas a acreditarem no conhecimento que não está colocado, validado.
- Tem muito mais a marca de reprodução do que da criação, do saber. Devemos voltar às práticas sociais.
- Os educadores devem voltar para o seu lugar social e levar o conhecimento adquirido.
- Ser capaz de transmitir e absorver conteúdos e formas de saberes sobre trabalho

Celi:

- Aja, criatividade!
- Tarefa complicada, com incertezas. O educador deve ter um sentido diferente, criar um outro jeito de fazer.
- Quando trabalhamos com a incerteza, estamos sendo irresponsáveis, ou não?
- A idéia de mudança (sem governabilidade), sem sabermos como dar o passo.
- É a incerteza versus a responsabilidade. Por este motivo temos que fazer junto. Deve ser um trabalho coletivo. Deve ser um compartilhamento do “peso”, dessa dificuldade.

Robson:

- Compartilhar para consolidar: não só trocando experiências, mas compartilhando as experiências de vida, termos técnicos, autores, sociologia.... Experimentar novas propostas. O impacto que isto tem na sociedade, no “Robson”.
- Consolidar, não é consolidar o curso em si, mas colocar para o aluno que não existem fronteiras, que ele pode sonhar, construir, que há outra forma de interagir.
- Resgate do ser humano, mas compartilhando, respeitando o outro compromisso. Seguir com a visão da classe trabalhadora.
- É preciso se convencer e convencer os “companheiros” para poder consolidar, provocar este questionamento.

Crys:

- Respeito às especificidades/história de cada aluno: olhar a sala de aula de uma forma homogênea não promove esta construção

Lavínia:

- Compartilha, experimenta, constrói, sistematiza, devolve que mais?
- Educação como prática de liberdade

Bira:

- Educador? Prefiro imaginar que a figura do educador não existe.
- Aprender um olhar: aprender com um olhar específico. Imprimir um olhar é fundamental

Célia:

- Compartilhar saberes: ter a certeza que a marca da Escola será a diversidade (cultural, gênero...). Por isto ser educador é uma grande responsabilidade. É um campo de muitas possibilidades. Ser educador é compartilhar saberes. Por ser uma escola popular, ser educador é dialogar com este desafio.

Rosane:

- Propiciar a reflexão e a crítica.
- Apoiar o desenvolvimento pessoal e coletivo: capacidade humana e coletiva de agir
- Colaborar para o projeto da classe trabalhadora: que transformação a gente quer? O que é um projeto coletivo na sociedade atual. Como reconstruir este projeto coletivo? Do ponto de vista do trabalho, qual o desafio de se enfrentar de forma coletiva.

Eliana:

- Facilitar na construção do conhecimento: é necessário fazer uma mediação entre a teoria, o mundo e com as técnicas. O educador deve não apenas passar disciplinas, matérias, mas facilitar o acesso dos alunos a estas matérias.

Carlão:

- Aliar um trabalho prazeroso com uma atividade com sentido político: construir para a formação de um indivíduo, aliada a um trabalho prazeroso. É preciso ter um sentido: o que eu vou fazer nesta universidade?
- Contribuir para a formação de indivíduos comprometidos com a ação política dos trabalhadores

Fred:

- Ser aluno: o educador também deve ser um aluno. Saber as especificidades, o seu papel. Este é um grande desafio. Como você junta o tempo específico de educador, com o que o outro tem de específico de aluno, de ser humano.
- Ser crítico-generoso: educadores e alunos devem criticar a realidade e ser generosos consigo mesmos para lidar com as dificuldades de relação-concentração, pois estamos juntos ao longo de

todo um processo

- Incorporar dimensões teoria-práxis

Cid:

- Interagir com o conhecido – conhecer para construir um novo conhecimento
- interagir com o conhecimento do outro para conhecer e construir um novo conhecimento.

Valéria:

- Trabalhar coletivamente, re-construindo permanentemente.

Rodrigo:

- Um trabalhador construindo conhecimento junto com os outros trabalhadores.

Thomaz:

- Ser engajado na busca por unidade contra toda opressão. Ser o que escuta o outro. Ser dialógico: busca humilde a partir do conhecimento intersindical que o DIEESE possui. A metodologia deve partir da escuta do outro. Construir conhecimento no diálogo.
- Educação como prática de liberdade

Regina:

- Uma aposta na retomada pelo Movimento Sindical do investimento na reflexão sobre o mundo do trabalho: a Escola é mais uma caminhada na quebra de paradigmas sobre a história do movimento sindical.
- Um novo desafio pessoal e profissional: o educador deve ser um “ator”

Anexo II

**Por que um Bacharelado em
Ciências do Trabalho?**

Esta síntese do Projeto Pedagógico do Curso enviado ao MEC foi objeto de leitura crítica pelos educadores participantes da oficina 1/2009.

Por que um Bacharelado em Ciências do Trabalho?

O trabalho é inerente à vida humana, constitui o cerne do que se considera humanidade. Tanto o trabalhar como as diferentes organizações sociais ao longo da história são resultado e, ao mesmo tempo, requisito da condição humana e exclusiva de sua forma de vida. O trabalho é a atividade humana por excelência, com a qual homens e mulheres constroem o mundo, produzem a vida, exploram, são dominados, representam e legitimam o fazer e o pensar. É fonte de sentimentos, sonhos, lutas e dá significado à vida. Essa atividade criadora da riqueza e da humanidade somente se realiza de forma coletiva, em agrupamentos humanos, ou seja, naquilo que, modernamente, chamamos sociedade.

As diferentes dimensões da vida humana têm suas próprias e específicas áreas de conhecimento, criadas para compreender e transformar continuamente a complexa e conflituosa trajetória da humanidade no mundo por ela construído e em permanente mudança. O trabalho não é exceção. Desde que os homens reconheceram seu papel como atividade que possibilita a transformação das condições de vida por meio da produção de riqueza social, o trabalho tem sido aperfeiçoado, inovado e seus processos investigados na teoria e experimentados na prática. Nos últimos séculos, a revolução nos modos de fazer, pensar, sonhar e viver, resultado da organização capitalista da sociedade, deu ao trabalho uma importância singular e explícita na vivência coletiva e na vida de cada um. A sociedade capitalista trouxe consigo a necessidade de produzir conhecimento científico sobre trabalho. Seria equivocado achar que hoje este conhecimento não é produzido e, com isso, justificar a necessidade de uma graduação sobre o tema. Ao longo da história do capitalismo, sempre se produziu e ainda hoje continua a produção de conhecimento sobre trabalho.

Entretanto, é necessário que o conhecimento acumulado sobre trabalho possa ser tratado numa perspectiva crítica e como parte de um campo epistemológico em litígio. O trabalho foi, desde o início, um tema estratégico na produção científica do DIEESE, o que pode ser verificado tanto em

suas linhas de pesquisa e publicações, como pelo papel protagonista que ocupa na temática da formação que realiza para o movimento sindical e ainda por sua presença constante no conteúdo da assessoria que presta a entidades sindicais sócias. Por outro lado, a criação do DIEESE há 53 anos e a retomada, hoje, do sonho original de seus fundadores, uma Universidade dos Trabalhadores, demandam uma produção de conhecimento – pesquisa - que se distinga da produção acadêmica habitual. Também se espera uma instituição de ensino que se diferencie pela formação que oferece em termos de aquisição do conhecimento e da construção de identidades sociais. Uma escola da classe trabalhadora pretende formar homens e mulheres preparados para tomar parte, sem distinção, na construção de uma sociedade rica e justa.

Ao longo do desenvolvimento deste projeto de curso, o movimento sindical brasileiro, ao apontar o trabalho como o objeto do conhecimento desejado para ensino e pesquisa, expressou também a necessidade de se estabelecer uma diferença em relação às Instituições de Ensino Superior – IES - já existentes em termos de pesquisa e formação. Também explicitou a demanda por uma abordagem científica, filosófica, humanista e no campo das artes para dar conta do trabalho contemporâneo.

Como resposta à necessidade atual dos trabalhadores por educação e conhecimento são estabelecidos os seguintes os princípios já presentes no âmbito das Ciências do Trabalho como proposto neste projeto:

- a) O primeiro deles é a abordagem de trabalho como parte do processo que se denomina vida, construído nas relações sociais entre os homens. Nesse sentido, trabalho deve ser tratado como uma totalidade em movimento, na qual a atividade trabalho não é autônoma, mas determinada de forma dialética, porque por sua vez determina, pelas relações sociais vigentes numa sociedade específica, num determinado período histórico;
- b) Outro princípio, que orienta essa proposta, é a abordagem interdisciplinar que considera e procura entender as diferentes dimensões do trabalho como atividade e obra humanas. Assim, os momentos históricos da trajetória do trabalho em seu processo de humanização do ser humano, as dimensões sociais, políticas e econômicas que se definem a partir de relações estabelecidas para produzir riqueza e os processos de legitimação social para o trabalho precisam ser compreendidos em suas formas históricas, o que inclui as atuais e específicas;

c) Por outro lado, o ato de trabalhar, que atualmente passa por um intenso e radical processo de transformação em todas suas dimensões, demanda a pesquisa e o ensino daquilo que hoje se configura como trabalho. Ou seja, os sujeitos trabalhadores, o processo de organização da produção e do trabalho, os novos instrumentos e equipamentos, a produtividade, a capacitação para o trabalho, a remuneração, a proteção, o acesso à possibilidade de trabalhar, as relações de trabalho, estratégias, a mudança nas formas de comunicação, a ideologia vigente, a riqueza produzida em termos de bens e serviços, como se produz, como se distribui e como se consome, a questão ambiental em termos globais, o desperdício como preocupação mundial, entre várias outras dimensões do que se chama trabalho;

d) Faz parte ainda da abrangência das Ciências do Trabalho a produção de conhecimento sobre como esses novos tempos são vividos, percebidos e concebidos em sociedades onde o trabalho é globalizado, a economia financeirizada, a cultura pasteurizada, a informação mundializada de forma instantânea e vidas são incluídas ou descartadas com muito pouca governabilidade de seus sujeitos.

Em vista da diversidade, da novidade que representa essa produção de conhecimento e da indiscutível exigência da vida contemporânea, novos campos de conhecimento devem ser acrescentados aos já tradicionais na discussão sobre trabalho. O estudo de "Trabalho e Sociedade", que formam um par dialético em que um determina e é, ao mesmo tempo, determinado pelo outro, faz parte dessa exigência. Outra dimensão a ser abordada na produção de conhecimento sobre trabalho é aquela que se realiza entre "Trabalho e Poder". Numa sociedade de classes, só é possível compreender uma classe quando se conhecem as relações de poder vigentes. Finalmente, o conhecimento é matéria indispensável nas sociedades do século XXI. Mais ainda a relação "Trabalho e Conhecimento" quando se trata de uma "Escola de Ciências do Trabalho" instituída pelo DIEESE, entidade produtora de conhecimento do movimento sindical.

O "Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho" se organiza por meio de uma matriz curricular em que as três dimensões acima se articulam como campos com interface formando o componente curricular articulador do curso, "Trabalho e Investigação Científica".

A sociedade que hoje ignora e desqualifica o trabalho, não considerando sua participação na produção da riqueza social seja por conta da tecnologia de ponta ou eliminando sua necessidade ao

se desfazer de postos de trabalho, está pagando caro por isso. Paga caro, porque perde. E perde porque a construção da humanidade do homem, ao ignorar ou desqualificar o trabalho, se realiza em seu contrário, ou seja, na injustiça e na desigualdade. Ao se propor um "Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho" para ensino e pesquisa, é importante lembrar que essa sociedade que hoje se organiza de modo injusto e desigual, tem sua forma contemporânea legitimada por um conhecimento científico que se apresenta como único e inquestionável.

Finalmente, o projeto aqui apresentado possui como sujeito o trabalhador. Sua história, sua organização, suas lutas, vitórias e derrotas, sua contribuição para a produção de riqueza e para a humanização da sociedade, seus valores, necessidades e sonhos são matéria de pesquisa e de ensino na produção de conhecimento que se pretende.

Trabalho como objeto de conhecimento, com a abordagem aqui proposta, justifica um bacharelado interdisciplinar voltado para trabalhadores. Esse bacharelado responde à demanda e à luta histórica do movimento dos trabalhadores por uma formação de nível superior permanente, de qualidade, a partir da perspectiva da classe trabalhadora e como parte do sistema de ensino superior. Com essa demanda e proposta para sua realização, o movimento sindical brasileiro ratifica sua presença na luta da classe trabalhadora em todo o mundo por conhecimento e por educação. Essa luta, com muitas frentes e muitas formas, tem um objetivo comum – a transformação da sociedade.

O bacharelado aqui proposto e a "Escola de Ciências do Trabalho" compartilham os seguintes princípios teórico-metodológicos para atividades formativas:

1. O sujeito do conhecimento, aquele que deseja aprender, o estudante, é portador de um repertório constituído ao longo da vida, em circunstâncias formais ou informais de educação;
2. O objeto do conhecimento, aquilo que vai ser estudado, é transformado no processo formativo pelo sujeito do conhecimento;
3. Todo processo de aquisição de conhecimento é, também e ao mesmo tempo, um processo de produção de novo conhecimento e é sempre histórico e social, portanto, mediado;
4. Nas atividades formais de educação, o professor propicia a relação entre o conhecimento do

sujeito e o conhecimento socialmente produzido, com objetivos que dizem respeito ao objeto do conhecimento e uma intenção que é política;

5. O sujeito do conhecimento, o objeto do conhecimento e o professor, em movimento de aprendizagem, constituem a tríade produtora de um novo conhecimento, produzido coletivamente e apropriado tanto pelo sujeito do conhecimento como pelo professor de acordo com seus respectivos repertórios.

6. A interdisciplinaridade proposta para o bacharelado implica sua construção permanente pelo corpo docente, coordenação do curso e direção da Escola, na construção interdisciplinar do objeto de conhecimento e, portanto, no que diz respeito à definição da bibliografia aqui apenas sugerida.

Perfil do formado pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho.

Texto enviado ao MEC em resposta a uma diligência do processo de credenciamento

Perfil do egresso

Habilidades e competências

O Bacharel em Ciências do Trabalho, por sua formação interdisciplinar em questões contemporâneas que dizem respeito ao trabalho, considerado em suas dimensões e relações sociais, políticas, econômicas e organizacionais, terá capacidade científica, analítica e de atuação na realidade para:

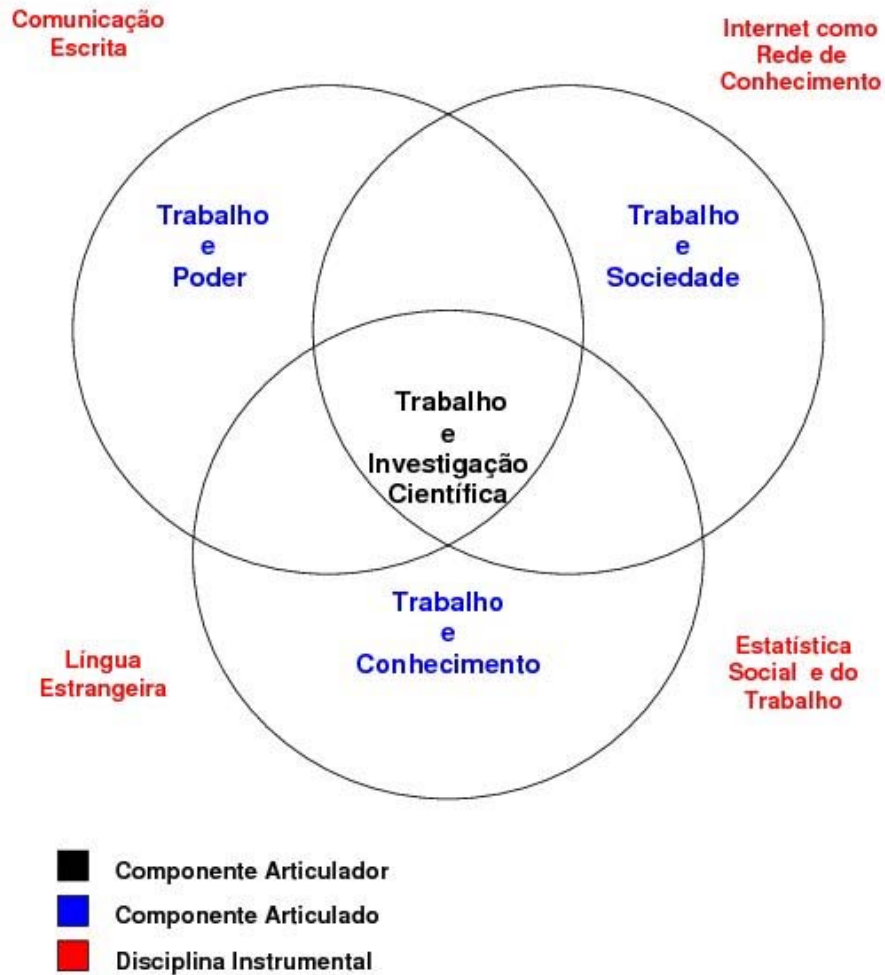
- Contribuir na construção de alternativas para a transformação da sociedade;
- Desenvolver consciência crítica sobre a sociedade, as contemporâneas relações de poder e a produção de conhecimento;
- Apropriar-se de forma analítica e crítica da produção acadêmica sobre as questões que envolvem o trabalho;
- Produzir conhecimento sobre trabalho;
- Utilizar diferentes linguagens, em termos de diferentes fundamentos e instrumentos teóricos para produzir e disseminar conhecimento;
- Articular continuamente teoria, pesquisa e prática social;

- Desenvolver crescentes graus de autonomia intelectual;
- Reconhecer o papel e o lugar do trabalho no mundo contemporâneo;
- Organizar programas interdisciplinares de ensino e produção de conhecimento sobre trabalho;
- Reconhecer o ser humano como sujeito do trabalho e não objeto de um processo de trabalho.

Perspectivas e possibilidades de inserção profissional

O Bacharel em Ciências do Trabalho estará capacitado para atuar em diferentes espaços profissionais, valorizando e reafirmando a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Entre várias possibilidades, o formado pela Escola de Ciências do Trabalho poderá trabalhar ou atuar como:

- Dirigente, assessor ou formador no Movimento Sindical;
- Servidor público municipal, estadual ou federal;
- Parlamentar ou assessor parlamentar;
- Membro de conselhos ou comissões de natureza pública ou privada;
- Pesquisador autônomo ou em instituições de pesquisa;
- Professor de Ciências do Trabalho na academia ou no ensino médio, desde que devidamente habilitado em cursos ou programas de licenciatura ou de pós-graduação;
- Técnico em entidades nacionais ou internacionais que adotem sistemas de organização bipartite, tripartite, multipartite ou multilaterais;
- Técnico especialista em trabalho em empresas e organizações.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR

Anexo III

**Críticas e contribuições dos grupos de educadores ao
texto síntese do Projeto Político Pedagógico enviado ao
Ministério da Educação - MEC**

Críticas e contribuições dos grupos de educadores ao texto síntese do Projeto Político Pedagógico, enviado ao MEC

Grupo 1

- 1 Destaque no início do texto com a síntese da “idéia-força” recolhida do movimento sindical: conhecimento para transformação
- 2 “Aquisição” de conhecimento é uma contradição em termos
- 3 Ênfase na singularidade do DIEESE como instituição orgânica do movimento sindical
- 4 Trabalho e poder X trabalho e política
- 5 Como expressar nos textos e produções os conflitos e tensões inerentes a um projeto contra-hegemônico?
- 6 Como expressar o “movimento” na apresentação gráfica do projeto?
- 7 Rica e justa X democrática e justa
- 8 Não pretender ser a “síntese totalizante” (nem todo trabalho é globalizado, etc...)

Grupo 2

- Intenção do termo humano no texto (conceituar, qual a intenção)
- Qual o sentido de “humanizar o homem”?
- Elencar valores (o que a gente quer do educando, tanto na concepção, como nas competências)
- Esclarecer a interdisciplinaridade e como se viabiliza
- “Aquisição” ou produção de conhecimento?
- Riqueza social?
- Falar, pensar e sentir
- Precisa separar em eixos? Precisa separar? Qual o sentido da separação?
- Área de concentração (como se valida, como o educando ascende a outros cursos, como não se fecham as portas para este educando)
- Esclarecer o termo “linguagem”
- Habilidade, competência e valores?
- Habilidade/competências pregressas

- Preocupação com o resgate da identidade do trabalhador
- Homens e mulheres e inter-gênero

Grupo 3

O texto tem muitas imprecisões decorrentes de:

- Ter ficado “amarrado ao seu destino” (MEC)
- Não termos clareza suficiente, ainda, sobre o projeto da escola
- Problemas “conceituais”: ciências do trabalho (o que é ciências e o que é o trabalho?)
- Por fim, faltou colocar na justificativa (porque criar a Escola?)
- A trajetória do DIEESE na criação de conhecimento original sobre temas centrais sobre o mundo do trabalho – ICV, PED.

Observações

Sobre como “melhorar” o texto:

- que o texto seja mais completo
- que tente traduzir vários termos
- precisar melhor o “lugar do trabalho” - há “coisas” que escapam do domínio
- trabalho tem um leque de inserção menores, por falta de conhecimento.
- criar texto que uniformize o tema

Estudar mercado de trabalho deve ser fundamental

Anexo IV

**Depoimentos dos trabalhadores candidatos uma vaga na
Escola**

Depoimentos de trabalhadores candidatos a uma vaga na Escola

João Carlos, dirigente sindical do Sindicato Papeleiro.

- Estou na indústria de papel e celulose. Por questão de justiça social resolvi entrar no movimento sindical pra tentar contribuir na mudança das injustiças que verifiquei na indústria de celulose e papel. Entrei no movimento sindical com 26 anos de idade, tendo quase tudo a perder naquela época. Eu tinha outro projeto de vida que era estudar mais, ter uma carreira e aí deixei isso tudo pra entrar nessa briga. A gente na época tinha claro que podia perder o emprego e passar a ser olhado diferente pelos patrões. Tenho formação de nível médio e tenho um sonho de ver mudar, pelo menos parte dessa injustiça social e distribuição de renda. Claro que essa renda me inclui e ter uma vida digna pra viver é pra todos, é pra ter uma aposentadoria digna e mesmo aposentado poder continuar a contribuir pra eliminar essa injustiça.

Não procurei entrar na faculdade por causa da condição financeira e do tempo porque sempre trabalhei na manutenção e caldeiraria. Eu fazia reparos de manutenção e fui muito solicitado e a remuneração nunca foi suficiente pra ter condições de fazer um curso. Essa é uma das razões pela qual a gente vem brigando pro trabalhador poder estudar ou obter a melhor formação possível dentro das condições dele.

O trabalho no setor celulose não pediria faculdade. Se eu tivesse perspectiva de crescer dentro de uma empresa de celulose e papel, se fosse considerar nesse sentido, seria fazer um curso técnico em mecatrônica. E como isso pode ter muitas vertentes, optaria pela vertente que dialoga com o que eu vinha fazendo.

O que é o seu trabalho como dirigente?

- É basicamente fiscalizar as questões de direito ou não dos trabalhadores. Isso envolve a questão

de conhecer sobre a legislação: conhecer o que é atual, o que é passado, o que é um projeto de lei que dê garantias. Conhecer o direito para pensar num projeto de lei tendo ciência do que não está assistido, (da parte que não tem assistência legal). Formular um projeto e transferir isso para um deputado que fizesse disso um projeto de lei.

O meu trabalho é checar – com base no que me chega como problema na relação K e T - o que está no coletivo, no individual. Tenho que checar como está em relação ao ambiente interno e externo. Os trabalhadores vem ao sindicato pra consultar e requerer ou expor uma situação, pra verificar se está assegurado. Ou se é possível reivindicar pra ir pra uma nova convenção coletiva, como uma nova cláusula, se não estiver previsto em lei.

Meu trabalho é administrar o sindicato e tenho que cumprir prazos. E mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos temos que estar atento às verbas, valores, meio ambiente, legislação municipal... e tudo isso visando à melhoria da qualidade de vida do associado e da sociedade como um todo.

Por conta de uma herança da estrutura sindical do Getúlio, nós temos um assistencialismo dentro do sindicato e isso significa que a gente tem que administrar serviços que toma um tempo enorme e traz cobranças do associado. E você faz algo que não é de um sindicato autêntico e tem que fazer bem e não dá pra gente deixar de fazer. A tarefa enorme é educar a categoria pra você preparar ela. A função do sindicato não deveria ser assistencial.

Procuraria conhecimentos em Sociologia e Direito numa Faculdade em Ciências do Trabalho se pudesse fazer.

Perguntar requer refletir mas por hora o que me vem é por que dentro do MS que tem sua finalidade de reivindicar melhoria nas condições de vida você tem que ter tanta burocracia na administração sindical. Sei o que esta por trás disso: é que tem um controle sobre as instituições. Dizem que os sindicatos são livres mas não são e tem essas amarras, a burocracia que impede outras ações do sindicato. E a idéia da corrupção está associada a isso, o que justificaria um mínimo de burocracia.

De imediato uma questão que eu faria se fosse pra essa Faculdade é sobre o que observo: as instituições ao conhecer utilizam conhecimento do Direito pra fazer o errado. Uma empresa, um grupo, um conglomerado rico ele tem lá sua assessoria na área de direito e utiliza essa assessoria para eventualmente fazer o que é errado:

- não pagar corretamente,
- não cumprir a legislação,
- estudar as brechas pra descumprir o que é legal.

E eles têm o conhecimento pra postergar, pra ganhar tempo, pra descumprir e fazer até investimento da grana que ela vai ter mesmo que pagar depois.

Minha pergunta é por que hoje as pessoas que procuram andar corretamente parecem estar erradas? Tenho esse sentimento. Hoje na vida moderna é ser ousado, e ousar é correr risco e correr risco é fazer à margem da lei e depois discutir se isso está errado e não se paga e se acumula mais dinheiro. Isso é um absurdo e não tem como desconhecer que isso em tese é uma realidade. O raciocínio das pessoas parece que é: eu faço pra saber em que eu posso errar e quanto eu posso pagar.

Como projeto futuro a faculdade não é necessária mas todo conhecimento adquirido te dá condição de melhor enfrentar os desafios e dificuldades.

Queria que você dissesse que essa conversa foi feita em poucos minutos e no esquema bate-volta sobre questões que daria pra escrever um livro! Teria muito que considerar mas por conta do tempo é o que veio a mente.

Nota: João respondeu a enquete de 2006 e foi convidado para participar das oficinas de 2007 mas não pôde participar. Ele faria essa Faculdade não por causa do diploma, mas do conhecimento.

Luana, 22 anos, está fazendo cursinho para prestar vestibular para o curso de gestão pública – USP Leste.

- Vou ter uma profissão de gestora pública. Quer dizer que não vou ser uma especialista, tenho que conhecer a saúde, o trabalho, a cidade, os problemas sociais. Por exemplo, um advogado consegue resolver questões jurídicas, um médico, problemas de saúde. Um gestor público vai lidar com questões sociais, criar e desenvolver políticas de modo eficaz. O gestor consegue chegar a várias pessoas e mexer com tudo que envolve questões públicas: plano diretor, mobilidade urbana, trânsito, saúde, relações de trabalho.

Trabalho na Secretaria de Trabalho de Osasco com uma equipe voltada para um só objetivo, para o trabalho com os trabalhadores que está na ponta e na frente. Ouvi o Pochmann dizer que as pessoas antes tendiam a ver o trabalho como labuta mesmo, aquele trabalho pesado, da roça ou da fábrica. Mas a nova mentalidade é aquela que acha que trabalhador é muito mais, é quem escreve livros, que não trabalha com esforço físico mas que trabalha com atividade acadêmica, por exemplo. Antigamente não se imaginaria pagar um professor que ensina. Quem ensina não trabalha como profissão. Era difícil imaginar isso dois séculos atrás. Ensinar não era considerado trabalho.

As pessoas que pagam a faculdade não enxergam o ato de pagar pelo ensino como investimento. Achem que não tem retorno imediato e desistem. O investimento é um processo lento quando se trata do conhecimento.

O ensino e o conhecimento não dão um prazer imediato no sentido do consumo de quem está habituado a comprar, pagar para ter um prazer imediato.

O trabalho, o que é de fato? Quem é o trabalhador? Quem não é o trabalhador? O que é essa ciência? Nomenclatura nova. Nossa, faculdade Ciência do Trabalho?

Cada profissão é um trabalho diferente você vai aprender cada um? Talvez tenham pontos comuns mas talvez você não discuta tudo. Eu quero ter conhecimento cada vez maior sobre o que eu faço.

O que é o seu trabalho?

- O meu trabalho no dia a dia: Trabalho no programa de distribuição de renda.
 - Eu faço parte da equipe gestora do programa através de um programa que distribui renda no município
 - Faço ações: reuniões
 - Ofereço cursos complementares para as pessoas não dependerem da distribuição de renda
 - Criamos alternativas de desenvolvimento para elas
 - Geração de ocupação e renda
 - Outra ação é no plano setorial de qualificação profissional
 - Explico a metodologia do programa
 - Conversar é uma ação e é difícil trazer uma pessoa que está na exclusão para os programas porque nem sempre ela quer. Vou na casa, converso, procuro, chamo para uma conversa e explico o que estamos propondo e ela analisa e vê se quer. Muitos acham que quando a esmola é demais o santo desconfia.
 - Todos os programas são entrelaçados, informo e encaminho.

Lembro da mulher na construção civil. Abrimos um curso que aceita mulher porque tem muito trabalho pra mulher na construção mas tem preconceito. Tem gente que quer fazer o curso mas não tem base. E é difícil explicar por que ela não tem base. Tem gente que achamos que pode fazer um curso para trabalhar como gessseira, mas como a gente convence que não é coisa pra homem? Tem mulher que quer fazer o curso mas não tem creche pra deixar os filhos. Tem muita gente disposta mas precisa tomar duas conduções e o projeto só paga uma e ela não vem.

Tem trabalhador que chega e diz que é ótimo eletricitista mas não consegue trabalho por que não tem certificado ou carteira que comprove que alguém já aprovou o trabalho dele. Esse quer um certificado que diz que ele se qualificou em tal instituição.

Hoje o mercado quer as coisas documentadas, as pessoas não tem chance mas tempos atrás era mais

humano e as pessoas acreditavam na palavra.

O papel que comprova é mais importante do que o que eu sei.

Sou do Rio de Janeiro, com seis anos fui pro interior de Pernambuco e morei lá até dezesseis anos e depois vim pra SP. Minha mãe é pernambucana e voltamos pra lá quando ela se separou do meu pai. Lá em Pernambuco trabalhei como *agente jovem* do programa bolsa família do FHC. Eu tenho essa experiência mas se procuro emprego em outro lugar público eles querem o certificado de trabalho em PE, querem o currículo.

Uma forma de eu me defender do mercado é procurando emprego em serviços gerais, atendente, recepcionista, pra fugir das exigências. Eu falava que procurava uma função dessas que ele não vai me pedir um certificado de auxiliar de serviços gerais.

Eu preciso de conhecimentos pra esse meu trabalho. Um conhecimento mais científico, mais acadêmico, porque se você pensar no mercado, vejo que não tenho espaço. Conhecimento, pesquisa, extensão, tudo que uma faculdade como a USP pode oferecer. Tem muita coisa que eu não conheço. Vi uma questão de um amigo que estuda no segundo ano de gestão pública na USP Leste e não sabia responder. Acho que eu precisava ler uns seis livros pra responder.

Quero aperfeiçoar o que faço e estudar porque fiz o ensino fundamental no EJA no interior de Pernambuco (Jurema). Eu tinha quatorze anos e fiz da quinta à oitava série de uma vez, num tempo curto. O que deu pra aprender?

Nota: Luana não sabe nada da escola, nunca ouviu falar. Fomos procurar por uma pessoa que trabalha com relações de trabalho e lida com o trabalho numa instituição pública. Ela quer uma profissão e depois quer fazer esta escola porque é uma Escola dos Trabalhadores.

Anexo V

Por que o currículo?

Por que o currículo?

Currículo vem da palavra latina *curriculum* que quer dizer “*pista de corrida*”. A idéia é que percorrendo essa pista de corrida, que é o currículo, acabamos nos tornando quem somos. Um currículo procura definir o que dever ser ensinado na escola, para formar as pessoas que vão *seguir* aquele currículo.

O conhecimento sobre o currículo tem uma história e tem teorias (tradicional, crítica, pós-crítica) que produzem diferentes currículos. Assim, cada teoria curricular define o tipo de conhecimento que considera importante para a formação do ser humano que se deseja, para a sociedade que se quer.

Os currículos são invenções sociais ou são construções sociais em torno de interesses de grupos sociais.

Esse potencial do currículo se manifesta quando se pensa na existência de: um currículo anti-machista ou um currículo anti-patriarcal ou um currículo anti-sexista ou um currículo operário ou um currículo multicultural, ou outros.

Entretanto, isso não significa que esse potencial seja facilmente realizável. Uma proposta curricular deve ser mediada, pensada. Envolve seleção do conhecimento formativo. Fazer isso exige um trabalho intelectual contínuo e persistente. Esse trabalho é particularmente difícil para as classes subalternas, justamente porque os instrumentos do trabalho intelectual encontram-se nas mãos de outras classes. Por isso, os subalternos precisam ter seus trabalhadores intelectuais.

Na teoria, existe um ideal de homem que se deseja formar. Na realidade do nosso ensino fundamental, o currículo escolar para os trabalhadores sempre foi pensado para atender as

necessidades da produção.

Como o currículo envolve tanto os sujeitos da aprendizagem quanto os interesses das instituições de ensino, é fundamental conhecer as possibilidades e as limitações que o currículo impõe para o projeto dos trabalhadores.

Currículo como uma questão de saber, poder e identidades

A primeira publicação sobre currículo é de Bobbitt – *The curriculum* - e apareceu em 1918 nos Estados Unidos, relacionado ao processo de industrialização, imigração e institucionalização da educação de massa. Esse momento é de disputas na sociedade norte americana, sobre os objetivos da escolarização do trabalhador: formar o trabalhador especializado ou dar educação geral, acadêmica? O que deve ser ensinado, habilidades básicas, habilidades técnicas ou disciplinas científicas?

Na época, a sociedade e a burocracia escolar escolhem, baseado em Bobbitt, o modelo de currículo que é a fábrica, inspirada na administração científica da Taylor, onde os estudantes devem ser processados como um produto. A formação é prescritiva, procedimental, controlável, mensurável. O currículo – para formação em massa - se torna um processo industrial e administrativo. Tal como na empresa, é essencial ter padrões, moldes. Esse modelo vai dominar por todo o século XX, ao lado da concepção mais progressista de Dewey que estava mais preocupado com a democracia do que com a economia. Com a publicação de Tyler em 1949 esse modelo se consolida e influencia a partir daí o Brasil e vários países, até a década de 80.

A década de 60 foi da contestação e crítica, dos movimentos de independência colonial e do avanço dos movimentos civis nos Estados Unidos, da contracultura e foi também uma década de produção intelectual teórica e crítica da educação e dos paradigmas tradicionais, conservadores.

8 Cf. Tomaz Tadeu da Silva, *Documentos de Identidade*, Autentica, BH, 2002 e *O currículo como fetiche*, da mesma editora, 2001.

As teorias críticas questionavam, criavam outros referenciais para o pensamento, deixando de lado as técnicas de como fazer currículos e desenvolvendo “conceitos que permitissem compreender o que o currículo faz”. Entre 1970 e 1979, apareceram os trabalhos de Althusser, Bourdieu e Passeron, Bernstein, Bowles e Gintis e Apple que elaboraram a crítica marxista da educação tradicional conectando educação e ideologia e educação e produção via aprendizagem nas relações sociais. A crítica não marxista de Bourdieu e Passeron tratavam da reprodução cultural e da sociedade mais ampla. Para eles, a escola não procura inculcar a cultura dominante nos dominados, mas a escola usa um mecanismo de exclusão para mostrar essa relação de subordinação. Isto é, o currículo está baseado na cultura dominante, é do dominante e exclui os dominados por que eles não decifram os códigos dessa cultura, portanto fracassam, são excluídos, repetindo assim o ciclo de reprodução social. Algumas dessas teorias ou a má interpretação delas deram origem a práticas e justificativas equivocadas nas nossas escolas, depois da expansão do ensino público para as classes populares, na década de 70.

Nesse mesmo período, além das contribuições marxistas chegaram as contribuições críticas ao currículo nas perspectivas fenomenologista, frankfurtiana, neomarxista e as pós-modernistas ou pós-críticas.

O pós-modernismo critica os pressupostos do pensamento moderno desenvolvidos a partir do iluminismo: a idéia da razão, ciência, racionalidade, progresso e pretende dar conta do currículo da sociedade contemporânea, uma vez que considera a teoria crítica de currículo parte do pensamento moderno.

- os pós-críticos fazem um ataque à idéia de educação e de pedagogia porque são criações da modernidade;
- consideram que, ao invés de levar à sociedade perfeita, a visão moderna do homem racional, democrático e autônomo levou a uma sociedade totalitária e burocrática, a partir de elaboração de um pensamento, de um conhecimento totalizante, de explicações abrangentes, reunidas num único sistema controlador;
- o mundo contemporâneo é de incerteza, indeterminação, descentrado, pós-moderno;
- o currículo tradicional é linear, seqüencial, estático, disciplinar e segmentado, incompatível

com esse mundo de hoje, inclusive com o modelo fabril, não prescritivo, de incertezas, que valoriza a capacidade de improvisação e a habilidade de lidar com o risco;

- o currículo tradicional é colocado sob suspeita, assim como a teoria crítica de currículo, uma vez que a teoria crítica se baseia no pressuposto de um sujeito que, através de um currículo crítico, se tornaria emancipado e libertado;
- a teoria pós-crítica de currículo assinala o fim da pedagogia crítica que ainda supõe um cenário de algumas certezas;
- a cultura é dinâmica, menos produto e mais produção, criação, trabalho.

Essa perspectiva de cultura se dá num contexto de relações sociais, de relações de negociação, de conflito e de poder. O currículo não é cultura, mas tal como a cultura é compreendido como:

- uma prática de significação
- ; (b) uma prática produtiva;
- (c) uma relação social;
- (d) uma relação de poder;
- (e) uma prática que produz identidades sociais.

E estamos de volta ao início desse texto, para uma nova leitura.

Tomaz Tadeu distingue, no último capítulo do livro “Documento de Identidade”, a teoria crítica, que se baseia em uma economia política de poder ou numa análise materialista e a teoria pós-crítica se baseia em uma teorização de formas discursivas e de análise textualizada. A cisão entre as duas teorias está na cisão entre a hipótese da determinação econômica da crítica e a hipótese da construção discursiva da pós-crítica.

O autor admite que os processos de dominação de classe baseados na exploração econômica não desapareceram, eles continuam de forma mais evidente e dolorosa. E vai nomeando as

contribuições da teoria crítica e apontando divergências. Ao mesmo tempo ele mostra que as teorias pós-críticas de currículo se combinam com a teoria crítica para compreender, através de relações de poder e controle, os processos pelos quais nos tornamos quem somos. Assim, nas duas teorias, aparece o currículo como saber, identidade e poder.

“Com as teorias críticas aprendemos que o currículo é espaço de poder e é uma construção social.”

O currículo é uma invenção social como outras.

O currículo é capitalista, reproduz as estruturas sociais, assegura a reprodução da estrutura de classes, através da formação da consciência e transmite a ideologia dominante.

O currículo é um território político.

Mas a teoria pós-crítica, enfatiza as relações de poder nas quais está envolvido, o poder está descentrado, inclui processos de dominação espalhados pela rede social.

E o conhecimento não é exterior ao poder, é parte dele, não é o que põe em cheque o poder. O currículo é uma invenção social.

Uma parte dos dirigentes que responderam à consulta em 2006 menciona a necessidade de um currículo da faculdade, dentro de uma visão emancipatória e libertadora mas falam em grade curricular. A idéia de grade curricular não realiza esse projeto emancipatório, pelo contrário, anula o sujeito. Outra parte menciona a lista de conteúdos como definidora de uma faculdade para o trabalhador interessado no mercado.

O que é currículo?

As teorias surgem justamente com seu objeto de estudo. Desse modo, a teoria do currículo surge quando a educação formal se estende à classe operária no início do século XX (1918), conferindo à educação proporções de uma educação de massa. O currículo aparece no novo contexto de institucionalização da educação do trabalhador respondendo às necessidades do processo de industrialização.

As reflexões sobre currículo partem então do questionamento do tipo do conhecimento que se deve oferecer ao trabalhador (Que conhecimento dar a eles?) A teoria que fundamenta a resposta define o tipo de conhecimento que se considera importante para a formação do ser humano que se deseja para a sociedade que se quer.

Na época, a opção adotada foi o modelo fabril. Esse modelo preocupa-se sobretudo em padronizar o conhecimento e organizá-lo em grades, disciplinas séries, etc. Concebe-se o conhecimento de modo dado, cabendo transmiti-lo de modo linear, seqüencial, organizado em disciplinas fixas. Vê-se que esse modelo difere do da perspectiva crítica, que questiona a própria escolha de um conhecimento e não de outro.

Esse currículo tradicional, fabril, começa a ser contestado a partir da década de 1960 e 1970.

Conhecimento e Sociedade

O conhecimento é produzido socialmente e organizado de uma forma que tem efeitos sociais na formação escolar (escolarização). O conhecimento é social, criado em instituições sociais por grupos particulares de pessoas, a chamada “comunidade científica”. Além disso, o conhecimento é distribuído por canais socialmente criados: o conhecimento sempre é adotado. Finalmente, o conhecimento é utilizado em contextos sociais particulares.

Essas noções contrastam com o senso comum. No geral, a ciência é vista como uma entidade: a Ciência. Caberia ao professor simplesmente ensinar o que a ciência atesta como verdadeiro.

Entretanto, o conhecimento, uma vez produzido, deve circular. E esse processo de circulação é social, envolve escolhas, envolve seleção. Os currículos escolares, na verdade, são parte desse processo social de seleção. Trata-se de um processo altamente organizado, abrangendo grupos sociais, universidades, institutos, redes de comunicação, responsáveis por selecionar o conhecimento que advém de paradigmas, disciplinas, teorias e programas de pesquisa.

Por exemplo, no século XIX foi uma batalha para deslocar o ensino de línguas clássicas e substituí-lo pelo estudo das ciências.

Empresas e governos mudam e os investimentos sofrem variações. Mas a importância do conhecimento organizado e os recursos para essa produção nunca foram tão grandes, em comparação com qualquer outro período da história.

O conhecimento levado para o currículo da escola é socialmente moldado. Habilidades básicas (ler, escrever, contar). Quais as áreas centrais do conhecimento? Quais as fronteiras no mapa do conhecimento?

É necessário reconhecer que conhecer os processos sociais pelos quais o conhecimento é produzido e colocado em circulação permite pensar em formas alternativas para a seleção desse conhecimento em sua relação com as práticas pelas quais o conhecimento se efetiva e as formas de controle.

Reconhecer que existem alternativas socialmente construídas para a organização do conhecimento significa enfrentar um dilema curricular: como escolher entre eles?

Alguns autores consideram a inexistência de bases racionais para essa escolha. Esses pós-modernos (pós-críticas) acreditam que a consciência é moldada no discurso (subjetivo) e que todos os discursos “sujeitam os indivíduos a um regime de poder”.

Em oposição a isso, há autores que afirmam a existência de sistemas de conhecimento mais poderosos, estratégicos para o exercício de poder na sociedade ou para sua contestação. Ignorar isso equivale a desarmar os oprimidos em face dos dominantes (privilegiados). Os currículos são invenções sociais ou são construções sociais construídas em torno de interesses de grupos sociais.

Esse potencial do currículo se manifesta quando se pensa na existência de: um currículo anti-machista ou um currículo anti-patriarcal ou um currículo anti-sexista ou um currículo operário ou um currículo multicultural, etc.

Entretanto, isso não significa que esse potencial seja facilmente realizável. Uma proposta curricular deve ser mediada, pensada. Envolve seleção do conhecimento formativo.

Fazer isso exige um trabalho intelectual contínuo e persistente. Esse trabalho é particularmente difícil para as classes subalternas, justamente porque os instrumentos do trabalho intelectual encontram-se nas mãos de outras classes. Por isso, os subalternos precisam ter seus trabalhadores intelectuais.

A autorização, a legitimação e a regulação do Estado incidem sobre a escola com pretensões de controle sobre as práticas de conhecimento.

Importante: o conhecimento curricular se corporifica em práticas de ensino e de aprendizagem. Que homem se quer formar para qual sociedade?

Os documentos curriculares não são declarações a respeito do que os estudantes devem responder em formas de definições sobre o trabalho dos professores. Professores e estudantes estão em trabalho conjunto. Exigências de organização e de trabalho prático na escola. Trabalho objetivamente partilhado.

Esse trabalho envolve a transformação de um objeto de estudo e de conhecimento, que passa a aparecer de um novo jeito, que é transformado. Em alguns processos a sociedade se transforma.

O lado prático da escola relaciona-se com as lógicas curriculares: trata-se de uma luta para controlar a produção da capacidade para a prática e moldar as capacidades sociais que surgem e o projeto societário que se pode construir.

Controle do trabalho docente:

- Currículo efetivado na sala de aula
- Disciplinas, pontos, matérias, registros no livro de classe
- Livro didático

Provas estaduais e nacionais

Controle do currículo:

- Sistemas de avaliação – teste de massa, Prova Brasil, ENEM – avaliação individual e competitiva, baseada no mérito, as desigualdades e a exclusão são justificadas
- Inspectores, supervisores, observadores

Quais são os princípios gerais para um currículo

- dos trabalhadores

- da classe operária
- das classes subalternas

Os interesses dos grupos

Os professores não devem, porém, criar guetos curriculares (um currículo para os sem-terra, outro para negros, outro para gays, para indígenas, etc.). Os currículos individualizados e diferentes são atraentes, mas deixam intacto o currículo hegemônico.

Se o currículo é um campo contestado, quem entra nele participa dessa negociação. No limite, o currículo será o que os sujeitos fizeram dele. Daí a formação docente ser essencial, fundamental, e a escolha dos docentes estar associada a essa capacidade de reconhecer essa necessidade.

Há um autor australiano chamado R. W. Connell⁹ que discute educação e justiça social, uma de suas contribuições foi mostrar que a justiça na educação é distributiva – dá igual oportunidade de acesso, e é compensatória na meta bolsas, alimentos, ações afirmativas, etc. Quer dizer, o conteúdo da educação está dado, a questão é o acesso. Não se discute no que consiste a educação que os estudantes vivenciam, os métodos de ensino, a aprendizagem. (A educação não é uma coisa que pode ser distribuída em partes diferentes).

As pesquisas em Sociologia e Educação sobre desigualdades de classes mostram que as famílias da classe dominante e as famílias operárias têm relações diferentes com um tipo particular de currículo. O conhecimento escolar é um elemento chave no processo de produção da desigualdade social.

9 *Schools and Social Justice*, 1993.

Anexo VI

Leitura do "Cartaz de 68"

Leitura do "Cartaz de 68" onde há uma imagem representando uma fábrica e uma lousa onde se lê: "Por um ensino a serviço do povo" e "Não a uma universidade de classe". Os educadores em grupo deveriam ler o cartaz pensando na relação que poderia haver entre este cartaz e o projeto Escola de Ciências do Trabalho.

Apresentação dos grupos:

Grupo 1

- impactados
- identidade com a figura
- restrito - ensino profissionalizante
- não à universidade de classes
- ir à universidade da classe dominante
- poderia ser o contrário - classe trabalhadora a serviço do povo
- universidade de classe trabalhadora

“Em um primeiro momento nos leva a imaginar que a escola é do trabalhador, por isso está ‘presa’ nas torres das fábricas. Depois num segundo momento nos leva a idéia de "adestramento" ou seja uma escola voltada para a qualificação profissional. O que se confirma na frase abaixo”.

Grupo 2

- Parecia uma contradição entre as duas afirmações

- O que é povo?
- Cartaz não está superado
- A escola deve tentar superar a realidade do ensino, proporcionando uma emancipação intelectual ao povo e não só a uma classe restrita. Superando a sociedade de classes.
- Chegar a uma escola de todo o povo. Pensando o trabalho com atividade intrínseca do ser humano
- libertação do trabalho
- A construção de um conhecimento de classe para o ser humano.
- Como superar um projeto de classe para reproduzir um novo projeto de uma classe (idéia de liberdade)

Grupo 3

- É claro que é a universidade de classe para nós essa realidade está mais escamoteada. Precisamos refazer essa frase (do cartaz).
- É preciso refazer a frase: "Por uma universidade de classe". Mas em que direção deverá seguir essa mudança?
- Hoje não é claro que vivemos numa sociedade de classes.
- Retomar a prática do DIEESE - vários projetos de uma outra sociedade
- Hoje isso está diluído - mudança em que direção?
- Uma escola do DIEESE resgataria a percepção que essa é uma sociedade de classes. A escola resgataria o projeto de educação popular.

Grupo 4

- Também impactados pela contradição no cartaz

- Diferentes leituras
- O cartaz tem várias aparentes contradições - classe - povo - universidade - ensino de classe
- A frase (abaixo da figura) nos sugere uma universidade de classe
- A figura nos sugere "o serviço" do povo
- Queremos uma universidade de classe?
- Qual é a época desse cartaz?
- Como se leria no seu contexto?

A proposta da escola deve ser encarada como uma alternativa.

Como se trabalha a idéia da escola a partir de que intenções?

Como se trabalha a idéia como trabalhador?

A escola é um resgate/retomada/ investimento de um projeto de educação popular (da classe subalterna).

Quase chegamos à necessidade de uma releitura de conceitos tão caros, mas que precisam ser atualizados.

Grupo 5

- Hoje o ensino para o mercado de trabalho - não permite conhecimento além disso
- O desenho sugere uma mudança
- O projeto escola sugere uma mudança também
- A universidade atual é voltada para uma classe - não atende aos interesses do povo
- A escola vai propiciar não apenas a apropriação de técnicas, mas uma visão de mundo que

transcende as paredes da sala de aula

Ampliar a visão de mundo, não apenas com técnicas, mas repertórios que possibilitem interpretar, criticar e modificar a realidade na qual o aluno está inserido

Manifestações:

1

- Diferença dessa escola, não só no conteúdo, mas no modo como vai passar esta transformação (como se trabalha)
- A escola por si só não mudará o mundo, não podemos carregar o projeto de expectativas em relação a essa mudança.
- Deve se pensar os valores que fundamentam a produção de conhecimento.
- O principal valor: fomentar a liberdade. Um ensino baseado nos valores humanistas, tais como a solidariedade, pluralidade, pensamento crítico, respeitando as diversidades e diferenças.

2

- Espaço de proliferação de conhecimento com visão crítica da sociedade tendo o estudante como sujeito deste processo. É o conhecimento que transforma a sociedade?

Deve ser uma alternativa nas expectativas da classe trabalhadora (em virtude da diversidade desta classe). Deve ter uma nova forma de ensinar que forme pessoas diferentes, na perspectiva da classe trabalhadora.

3

- Qual é o projeto escola? Produção de conhecimento que aponte perspectivas. Não é um projeto político e sim pedagógico. Um projeto pedagógico habilita a realidade histórica e busca alterar o quadro em que vivemos. Capacitar para conhecimento analítico e não passar conhecimento. Não se

produzir formas de dominação. Desvendar o conhecimento existente (buscar desvendar como o ator X ou Y, criar e utilizar os investimentos). Não é possível habilitar esse novo indivíduo sem mudar o conhecimento já existente e também a forma de repassar esse conhecimento. É preciso capacitar as pessoas para esse tipo de projeto educacional.

4

- Um projeto pedagógico é sempre um projeto político. Não um projeto partidário, mas para um projeto societário. Cada um faz sua escolha e discute criticamente os valores.

5

- Espaço de produção sobre trabalho pela classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação.

Pressupostos:

- construção de sua identidade, vivemos em uma sociedade de classes, conhecimento é construção coletiva, classe trabalhadora é diversificada

- Emancipação tem a ver com um projeto societário que tem a ver com discussão, adesão e valores.

6

Papel do docente começa a aparecer

Eles terão uma teoria, os trabalhadores têm a experiência. Quem produz papel vai trazer o conhecimento da produção do papel.

Pode ser que a experiência vai me trazer a teoria.

A celulose está inserida no processo de vida?

Precisa da produção que ele faz ou não?

Aquela empresa precisa estar naquele território ali?

(Aqui a produção é interdisciplinar)

Processo formativo na escola

Por que o processo dessa forma é uma escola

- possibilita ser inserido numa experiência. Movimento parte com o todo, todo com a parte
- inter-relação entre estudantes e docentes, mediada pelo conhecimento e pela experiência
- Circularidade teoria-experiência

Desejo da teoria de forma ampla e não doutrinária

Experimentação de outras experiências e teorias atividade humana

Apropriação da linguagem como processo de conhecimento= escrita, leitura, vídeo. Conhecimento social e socializado

Obrigação da escola é fazer o encontro do conhecimento – mediação entre conhecimento e repertório

A forma de produzir papel é a forma de produzir a sociedade

Explicitar a utopia

Como podemos dizer o que é a Escola para um candidato a estudante

1

A escola como espaço de produção do conhecimento sobre trabalho da perspectiva da classe trabalhadora /sujeito histórico.

2

Um espaço para construção de conhecimento com uma visão crítica da sociedade na perspectiva da classe trabalhadora, que aponta para outras visões de mundo.

3

É um projeto pedagógico e não político partidário.

Construir um conhecimento que apreenda a realidade histórica em que estamos inseridos, e capacitar para a intervenção sem reproduzir formas que gerem subordinação.

4

Deve ser um espaço de produção de conhecimento sobre Trabalho pela classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação.

Anexo VII

EMENTAS

TRABALHO EM GRUPO PARA A PRODUÇÃO DE EMENTAS

Ementa 1

Processo de trabalho do grupo:

- leitura das ementas e desconstrução da proposta que tinham nas mãos.
- relacionaram o tempo da vida e do trabalho e constatam que eles estão ligados. O emprego e desemprego também. A qualificação.
- tentaram adequar a ementa trabalhada com a proposta pelo grupo.

Trabalho no mundo contemporâneo

* O que é trabalhar hoje?

Discute:

- Trabalho para produção e reprodução
- Tempo de trabalho e não trabalho
- Divisão social e sexual do trabalho
- Diversidades de situações de trabalho
- Desemprego e inatividade
- Requisitos para o trabalho (idade, educação, etc)
- Transições/mobilidade (movimento das pessoas no mercado de trabalho)
- Dinâmica (de criação e destruição) do emprego e das ocupações (olhar da economia sobre o mercado de trabalho)

Pressupostos:

- Olhar interdisciplinar
- Valorizar a trajetória do sujeito do processo do conhecimento
- Ponto de partida: a realidade atual

Comentários

- Uma escola de ciências do trabalho precisa saber o que é o trabalho?
- Entender que a visão sobre trabalho pode ser diferente
- Visão clara no contexto vivido
- Deveria ter uma Avaliação fixa - Qual sua avaliação sobre trabalho?

Ementa 2

A sociedade em rede: os fins implicando os meios (e vice-versa)

Disciplina obrigatória

Carga Horária: 80 horas

OBJETIVO:

A rede é uma forma de organização social, ou é a própria definição de sociedade, em sua vocação precípua? Por suas características fundamentais - horizontalidade, autonomia de seus membros, compartilhamento de objetivos, entre outros – e pelo crescimento exponencial de formas de organização em rede promovidos pela Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), discute-se

até que ponto os paradigmas sociais estão sendo re-definidos.

Esse tipo de organização afeta os meios de produção/consumo e, em decorrência, as relações de poder se modificam. Trata-se de observar se essa mudança é estrutural, no sentido de impedir que haja um domínio hegemônico dentro da organização: até que ponto as características desse ambiente condicionam as mudanças?

As chamadas redes sociais se organizam com as mais diversas finalidades, ou apenas como formas de expressão de identidades. Como essa experiência, potencializada pelas novas tecnologias, pode favorecer a comunicação e a ação, de maneira “sustentável, isto é, sem ferir as características do meio?

Esse é o contorno do debate que se propõe.

CONTEÚDO:

1. Paradigmas da “sociedade em rede” e suas expressões na organização do trabalho, da produção, da comunicação e da ação
2. Características da estrutura em rede: elementos, topologias, conceitos envolvidos e suas diferentes interpretações
3. Exemplos existentes de organização em rede: reflexão teórico-prática
4. Uso x finalidade: a definição pela experiência ou significados em disputa?
5. Tecnologias de colaboração e das redes sociais on-line: fundamentos e aplicações

MÉTODOS UTILIZADOS:

Para as aulas:

Aulas expositivas, seminários e projetos coletivos.

Exemplos de projetos coletivos:

1. produção de uma obra de representação do conceito de sociedade em rede – subsídio:
<http://www.youtube.com/watch?v=WfBIUQguyw>
2. projeto ementa i(n)terativa – produção de bibliografia e conteúdos associados ao debate, utilizando tecnologia wiki

Para a avaliação:

Produção de quadro-vivo de critérios (baseados nos objetivos da disciplina): para o grupo, para o andamento do curso, para o trabalho do professor, auto-avaliação

ATIVIDADES DISCENTES:

Participações em aulas, seminários e projetos coletivos; leituras da bibliografia; participação na avaliação

AVALIAÇÃO:

- atualização mensal do atendimento aos critérios
- semana de avaliação (todas as disciplinas)

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre, 2004, A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura - Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em Rede. In: MORAES, D. (ed.), Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FACHINELLI ,Ana Cristina, MARCON Christian e MOINET, Nicolas. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. In: Revista Com Ciência, 2000.

FRANCO, Augusto, Uma introdução às redes sociais, 2009.

<http://vivoeduca.ning.com/group/grupodeestudosderedessociais>

JACOB, Jean Paul – Sociedade em Rede, 2006.

http://www.e-thesis.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=147&Itemid=135

LEVY, Pierre, 1995, As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MARTELETO, Regina. Informação, Redes Sociais e Ações Coletivas.

<http://www.promenino.org.br/TabId/77/ConteudoId/2ab16027-54ba-430b-bc5e-7437251267c9/Default.aspx>

MARTINHO, Cássio. Redes e desenvolvimento local.

MATURANA, Humberto. El sentido de lo humano. Santiago: Dolmen Ediciones, 1993.

MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Editora

UFMG, 1998.

PIGNATARI, Décio, Informação, linguagem e comunicação. Cotia: Atelier Editorial, 2003.

SAAD, Beth, Novos tempos de uma sociedade em rede, 2009.

http://jbonline.terra.com.br/leiajb/noticias/2009/05/17/cultura/novos_tempos_de_uma_sociedade_e_m_rede.asp

SHAFF, Adam, O marxismo e o indivíduo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TAPSCOTT, Don. & Ticoll, David, A empresa transparente. São Paulo: M. Books, 2005.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Don. Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização.

http://inforum.insite.com.br/arquivos/2591/estrutura_alternativa_organizacao.PDF

Processo de trabalho deste grupo:

- Lemos as ementas
- Discussão sobre os objetivos
- Preocupação com o conteúdo e com a construção das ementas

Sociedade em rede

Discutir historicamente a forma de organização e produção condicionam uma as outras e chegar "na rede", que é uma organização que favorece uma finalidade, os movimentos sociais e seus objetivos para uma ação.

- Colocar os fundamentos (estruturação) desta organização em rede, os princípios e discutir como pode ser apropriado, sua contaminação por outras "redes" (organização)
- Se organiza pela finalidade ou pelo uso, ou como forma de construção de identidade.
- Como muda a visão a visão do conhecimento, como estão os empresários hoje nesta forma de organização
- Qual é a "rede" para que "trabalho"?
- Rede como contraponto
- Pensar na possibilidade da efetivação de uma rede que possa ser usada na atual conjuntura da "democracia participativa"

Temas

- História e organização política dos trabalhadores
- Trabalho organização da vida
- Relação e padrões de consumo, produção e meio ambiente
- Trabalho e identidades
- Regulação social e de poder
- Instituições, poder e sociedade
- Mudança nos processos
- Evolução das formas de organização da produção e do trabalho

Método: projetos coletivos

Ex: ementa interativa - TIC WIKI

Ementa 3***O planeta à deriva***

Aborda a questão ambiental do ponto de vista político uma vez que estão em jogo interesses diferentes. Identifica e analisa os principais elementos que compõem essa disputa e discute propostas para o curto, médio e longo prazo.

Objetivo Geral: Despertar o senso crítico sobre as questões ambientais, como práticas e responsabilidades de cada um.

Objetivo Específico: Introdução à Ecologia Política; estudo de políticas e conflitos ambientais; discussão sobre a ética ambiental; apresentação e interpretação de projetos e de responsabilidade ambiental de empresas existentes; restabelecimento de relações entre sustentabilidade e agricultura familiar; reflexão sobre a biodiversidade

Conteúdo selecionado: Biodiversidade, sustentabilidade, políticas ambientais, ética ambiental, conflitos ambientais

Métodos: Aulas expositivas e dialogadas, trabalhos em grupos, sínteses e produção de textos, pesquisas, seminários, leitura de artigos e textos, filme.

Recursos: DVD (áudio), Internet, biblioteca

Avaliação: Neste curso, pretende-se registrar o percurso realizado pela (o) aluna (o) durante todo o processo de aprendizagem. O processo de avaliação, portanto, será frequente para realizar possíveis

ajustes no programa da disciplina, método, conteúdos, etc..

Haverá dois tipos de avaliação em grupo e individual (obrigatória) e a somatória totalizará 10,0 (dez) pontos

Bibliografia Básica:

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, [200-].

LIPIETZ, Alain. A ecologia política: soluções para a crise da instância política.

PELIZZOLI, M. L. Correntes da ética ambiental.

CHOMSKY, N. O lucro ou as pessoas? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PÁDUA, J. A. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário: In Cadernos de Debate do Projeto Brasil Sustentável e democrático. Rio de Janeiro. 2. Ed., 2003.

ALIER MARTINEZ, J. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

Filme: O mundo nossa casa – 1:38 min – youtube ou filme a escolher

Complementar:

EMBRAPA. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil

Revista Bem comum – FIDES, n. 89, 2008.

Revista Parcerias estratégias, CGEE, n. 27, dez. 2008

Sites:

www.akatu.org.br

Cronograma:

1. Apresentação da disciplina (ementa), introdução à Ecologia política
2. Ética Ambiental
3. Apresentação do filme escolhido
4. Discussão de um texto e de um filme apresentado
5. Texto tal sobre biodiversidade, sustentabilidade e discussão sobre as ações (reciclagens, economia energia/água etc.)
6. Apresentação de projetos existentes

Trabalho enquanto drama

- 1) Qual o dilema do trabalhador que em seu trabalho degrada o ambiente?
- 2) Qual a responsabilidade tem o trabalhador que degrada o ambiente para ele retirar seu sustento e não tem consciência disso?

- Trabalho e ação do homem sobre a natureza
- Foco na responsabilidade coletiva e na abordagem sistêmica
- Trabalho no mundo contemporâneo

Ementa 4

Luta dos trabalhadores e emancipação

No projeto para credenciamento essa disciplina se encaixaria no eixo Trabalho e Sociedade.

O trabalho é, por definição, o objeto de interesse do DIEESE. Outras instituições, porém, também reivindicam para si a mesma temática (como o CESIT ou o MTE). O que é único do DIEESE é sua perspectiva de classe. E é justamente tal especificidade que pode propiciar a uma Escola do DIEESE uma oportunidade singular, de formar indivíduos comprometidos com a transformação social.

Objetivos Gerais: Discutir experiências de lutas sociais que tinham como objetivo garantir mais liberdade para os trabalhadores e construir uma sociedade mais justa. Refletir sobre as experiências individuais, a partir de momentos nos quais a busca pela transformação da sociedade se colocou para cada um. Problematizar as formas de organização política que poderiam contribuir para a emancipação humana.

Objetivos Específicos: Resgatar junto aos trabalhadores a inserção de sua luta atual em um histórico de lutas sociais, ao menos a partir do século XX.

Justificativa: O trabalho possui certamente relevância central para a compreensão das sociedades humanas, a ponto de ser possível estudarem-se diferentes momentos históricos e coletividades distintas a partir das formas específicas de relações de trabalho que são estabelecidas.

Importa para o curso de Bacharelado em Ciências do Trabalho, discutir o trabalho em nossa sociedade, porém sem desvinculá-lo de seus elementos eminentemente políticos. Para tanto, esta disciplina terá como foco a luta dos trabalhadores pela transformação do mundo em que vivem.

Conteúdo: A luta dos trabalhadores e sua organização política, do século XX até os dias atuais.

- os sindicatos no início do século;
- a criação de organizações internacionais;
- as revoluções proletárias na Europa;
- anarquismo e socialismo;
- as organizações bolcheviques e sua expansão para outras partes do mundo;
- América Latina: da estratégia nacional-desenvolvimentista ao guevarismo;
- Brasil: surgimento dos sindicatos;
- novas estratégias de ação no fim do século: Novo Sindicalismo e Novos Movimentos Sociais;
- debates recentes: democratizar a democracia? Críticas às experiências dos trabalhadores no poder e tentativas de luta no contexto da globalização.

Bibliografia:

CEVASCO, M. E., LOUREIRO, I. M. & LEITE, J. C. O Espírito de Porto Alegre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

DIEESE. História do Sindicalismo no Brasil. DVD produzido pela instituição.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo, Boitempo, 2003.

KROPOTKIN, Piotr. La moral anarquista. Madri, Jucar, 1978.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. Hegemony & socialist strategy: towards a radical politics. Londres, Verso, 1990.

LOWY, Michel. O marxismo na América Latina. (Introdução) São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partidos e sindicatos. Coimbra, Centelha, 1974.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Ementa 5

Projetos societários de desenvolvimento

A matéria busca analisar a emergência de novos países relevantes na cena econômica e na geopolítica internacional, sua busca de espaço dentro da ordem mundial pós Guerra Fria e o processo de liberalização comercial que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio, suas diferentes estratégias de crescimento econômico, desenvolvimento e inserção internacional. Busca analisar ainda sua liderança e articulação regional, e também as articulações inter-regionais que tentam estruturar. Tenta refletir como podem emergir simultaneamente como aspirantes a uma fatia do poder internacional no novo século a partir de experiências díspares e inserções diferenciadas na economia e na geopolítica do século XX. Busca ainda problematizar suas diferentes relações com os potenciais populacionais e de recursos naturais que dispõem, e os efeitos dessas relações com a sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta.

- Este conteúdo será estudado pela Economia e por Relações Internacionais
- Carga horária básica: 80 horas no semestre em sala de aula em um só período
- Carga horária complementar: atividades fora de sala de aula como eventos, seminários, participação em congressos, conferências, entre outros;
- Perfil dos docentes responsáveis pela matéria:

01 professor formado em economia

01 professor formado em relações internacionais.

Bibliografia básica: dar as referências de três livros ou artigos

- “Dreaming with BRICs: The Path to 2050”, Global Economics Paper no. 99, Goldman Sachs Financial Workbench, in <https://www.gs.com>;
- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- Martins, Cesar Castello Branco, BRICs e G-20 na política econômica externa brasileira, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IRI-PUC, 2005;

Bibliografia complementar: dar as referências de 05 livros ou artigos

- Gammeltoft, Peter, Multinationals from the South: Outward FDI from the BRICS countries, texto apresentado à 4a. Globelics International Conference, India, Outubro de 2006;
- Business Monitor International Special Report, Building BRICs: Is the Rapid Rise of Brazil, Russia, India and China Sustainable?, Business Monitor International, Londres, 2008;
- Preocupação com o "formador" - sua história faz parte da história do trabalhador
- A história do capitalismo não foi algo sem conflitos (recuperar estas disputas)
- Recorte do século XX

Objetivo geral:

discutir lutas sociais a partir da experiência dos BRICS.

Conteúdo:

retomada da história do sindicalismo,
organização internacionais dos trabalhadores,
as revoluções mal sucedidas (ou parcialmente).
Como elas afetaram a transformação no mundo.
Anarquismo X Socialismo e Bolchevique.

Divisão interna do trabalho

- Desenvolvimento histórico do capitalismo
- Desenvolvimento da economia brasileira
- Estado e empresas transnacionais

Ementa 6

Sistema Brasileiro das Relações de Trabalho

1. justificativa / Contextualização

a) Diferenças entre Mercado de Trabalho e relações de Trabalho

b) Sujeito como fio condutor - a partir das inserções de cada aluno no mercado de trabalho (formal, informal, categoria profissional). Ponto de partida.

c) Conceitos chave do mercado de trabalho - PIA, PEA, Desemprego, Metodologias de Pesquisa sobre Desemprego (experiência do DIEESE). A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil (abordar a experiência de cada estudante no mercado de trabalho)

d) O SBRT

- partindo das experiências dos estudantes, analisar o processo de negociação de categorias profissionais específicas. Resultados, características.
- Evolução das Relações de Trabalho no plano internacional
- Evolução das Relações de Trabalho no Brasil
- Os atores do processo de negociação
- Teorias sobre a negociação coletiva

Objetivos: A disciplina visa analisar a história, os fundamentos, as características e os desafios futuros para o Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho.

Aspectos a serem abordados:

- Fundamentos dos sistemas de relações de trabalho contemporâneos
- A constituição do SBRT nas décadas de 30 e 40
- Bases doutrinárias, legais e políticas do SBRT: o pensamento de Oliveira Vianna
- Elementos constitutivos do SBRT: legislação e instituições
- Interpretações teóricas sobre o SBRT
- A Constituição de 1988 e o SBRT
- Os debates recentes sobre o SBRT: Os fóruns de 1993/94 e 2004/05
- SBRT: polêmicas e desafios

Ementa 7*Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho*

Carga Horária: 80 h

Objetivo: Formativo

Intenção {
 Conteúdo que realiza o objetivo
 Metodologia
 Plano de trabalho

Discussões complementares: mercado de trabalho e negociação coletiva

Procedimentos (recursos)

Avaliação

Bibliografia

Objetivo: conhecer e analisar o processo histórico de formação e desenvolvimento do SBRT

Intenção:

Propiciar que os estudantes reconheçam os interesses e o papel dos sujeitos históricos na produção e reprodução do SBRT.

Possibilitar que o estudante se reconheça enquanto ator social e reflita sobre sua prática dentro da luta de classes.

Conteúdo:

- Fundamentos dos tipos de SRT contemporâneos
- Formação histórica do SBRT
- Fundamentos ideológicos e políticos do SBRT
- Elementos da legislação sindical e trabalhista no Brasil
- Interpretações teóricas do SBRT
- Debate político sobre o SBRT
- O papel da Negociação Coletiva na perspectiva do SBRT
- Excluídos do SBRT
- Constituição de 1988 e o SBRT
- Polêmicas, tendências e Desafios (Oficina)

Anexo VIII

Produção dos educadores na Oficina II

**Quais são os conhecimentos essenciais em Trabalho
para essa escola?**

Produção dos educadores na Oficina 2

Quais são os conhecimentos essenciais em Trabalho para essa escola?

Grupo 1

O que é trabalho?

1- Relações sociais de trabalho

- a) divisão social do trabalho/ divisão sexual do trabalho
- b) forma de produção e apropriação de riqueza e forma de dominação
- c) mercado e mercadoria
- d) regulação do trabalho e relações de poder: Estado, Movimento Sindical, empresas dimensões sociais, culturais...
- e) inovações tecnológicas e trabalho

2) As formas concretas de trabalho

3) Trabalho e conhecimento

- a) conhecimento tácito, trabalho prescrito e trabalho concreto

C) Significado

- 1) Visões sobre o trabalho, significação e re-significação do trabalho e seus contextos históricos
- 2) Os trabalhadores e sua identidade

D) Valor

- 1) Valor do trabalho

E) Contexto

- 1) Relações entre padrões de consumo e padrões de produção
- 2) Questão ambiental

Grupo 2

O objeto de estudo trabalho como disciplinas a serem oferecidas

- Estrutura de produção e apropriação de renda e riqueza
- Mudanças nos processos coletivos de organização e produção (sindicato/trabalho em rede)
- Dimensões conceituais do trabalho (tem uma disciplina que estuda isso?)
- Significados simbólicos do trabalho na perspectiva histórica e ideológica
- Instituições, poder e sociedade
- Evolução e assimetrias na divisão internacional de trabalho e na estrutura internacional de produção e poder

Grupo 3

Temas para estudo do Trabalho

1. Trabalho, produção e apropriação de riqueza
2. O trabalho como organização da vida em sociedade
3. trabalho e políticas públicas
4. Trabalho e desenvolvimento
5. Trabalho e participação política e sindicalismo
6. Formação mercado de trabalho no Brasil (capitalismo brasileiro)
7. História da organização política dos trabalhadores
8. Trabalho, cultura e identidades
9. Sistema Brasileiro das Relações de Trabalho
10. Evolução das formas de organização da produção e do trabalho
11. Jornada de trabalho, tempo de trabalho e não trabalho
12. Trabalho rural e urbano
13. Trabalho e desigualdades sociais
14. Trabalho e educação
15. Economia do trabalho/abordagens teóricas
16. Trabalho enquanto drama

Releitura da produção dos grupos sobre os conhecimentos essenciais/fundamentais em Trabalho

RELAÇÕES DE TRABALHO, REGULAÇÃO SOCIAL E PODER

- Instituições poder e sociedade
- SBRT (Negociação coletiva)
- Trabalho e política pública
- Jornada
- Remuneração
- Mercado de trabalho
- Divisão social e sexual do trabalho

PROCESSOS COLETIVOS DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

- História da organização política dos trabalhadores
- Trabalho, participação política e sindicalismo
- Inovação tecnológica
- Evolução e assimetria na divisão internacional de trabalho e na estrutura internacional de produção e poder

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA

- Relação padrões consumo / produção ambiental
- Desigualdade social

DIMENSÕES CONCEITUAIS DO TRABALHO

- Formas concretas do trabalho
- Mercado / mercadoria
- Trabalho e organização da vida em sociedade

SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS DO TRABALHO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E IDEOLÓGICA

- Visão sobre o trabalho, contexto histórico e identidade
- Trabalho enquanto drama
- Valor do trabalho
- Tempos de trabalho e tempos de não trabalho

DESENVOLVIMENTO

Contribuição

Essa classificação não se refere às áreas de conhecimento da Economia. O que aparece em azul é uma proposta de colocar os itens como itens de um curso de Economia.

- **RELAÇÕES DE TRABALHO, REGULAÇÃO SOCIAL E PODER**

- Instituições poder e sociedade (não é Economia do Trabalho)

Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho (seria um curso com um programa extenso)

Economia do Trabalho numa sociedade capitalista (curso aplicado)

- Trabalho e política pública
- Jornada

- Remuneração
- Mercado de trabalho

- **PROCESSOS COLETIVOS DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO**

Cada um desses poderia se ganhar uma ementa

- História da organização política dos trabalhadores
- Trabalho, participação política e sindicalismo
- Inovação tecnológica
- Evolução e assimetria na divisão internacional de trabalho e na estrutura internacional de produção e poder

- **PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA**

2. Relação padrões consumo / produção ambiental
3. Desigualdade social

Economia Política = Fundamentos (é problematizar o trabalho fora do capitalismo porque no capitalismo é criador a valores de uso e trabalho enquanto valorização do capital)

- Formas concretas do trabalho
- Mercado / mercadoria
- Trabalho e organização da vida em sociedade
- Divisão social do trabalho

- **SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS DO TRABALHO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E IDEOLÓGICA**

- Visão sobre o trabalho, contexto histórico e identidade

- Trabalho enquanto drama
- Valor do trabalho
- Tempo de trabalho e tempos de não trabalho

Anexo IX
TEXTO ELABORADO PARA DISCUSSÃO
NA OFICINA IV de 2009
Projeto Político Pedagógico em Ciências do Trabalho

TEXTO ELABORADO PARA DISCUSSÃO NA OFICINA IV de 2009 (baseado no relatório MTE 2008, no texto enviado ao MEC em março de 2008 e na Diligência “arrazoadado” 2009)

Projeto Político Pedagógico em Ciências do Trabalho

O processo de construção de uma proposta para a Escola em Ciências do Trabalho começou em 2005, quando o DIEESE e o movimento sindical abrem o debate sobre a oportunidade de criação de uma escola de ensino superior dos trabalhadores. Ao longo de 2006, com o objetivo de refletir sobre a viabilidade dessa escola, procurou conhecer experiências nacionais e internacionais de educação superior para trabalhadores, realizou oficinas de trabalho com dirigentes e seu corpo técnico e promoveu uma consulta às suas entidades sócias para saber o que pensa o movimento sindical sobre um projeto de escola de ensino superior.

Muitas contribuições vieram em resposta e revelaram tanto a diversidade de visões da classe trabalhadora brasileira quanto à necessidade de produção de um conhecimento crítico para a realização de seu projeto político pedagógico.

Uma grande parte dos dirigentes acredita que a escola deve se voltar para a produção de conhecimento sobre a sociedade e o mundo do trabalho com um olhar filosófico, social, econômico e político, por meio de uma abordagem que envolva várias áreas do conhecimento. Esperam a construção de uma escola que possibilite a elaboração pelos trabalhadores de sua própria história e, ao mesmo tempo, pretendem que sua escola seja aberta a toda a sociedade.

Os trabalhadores dizem, por meio da consulta, que precisam de uma escola diferente das existentes, que não separe fazer e pensar, e deve se distinguir pela concepção formativa que pratica e pelo projeto societário que busca construir. Alguns mencionam a expectativa de suprir a dificuldade de conhecimento da realidade, da prática e de um projeto político próprio. Outros desejam, com a faculdade, transformar o mundo em que trabalham ou “*participar da construção de uma proposta de educação para os trabalhadores*”.

As indagações de dirigentes e assessores ouvidos por meio dessa breve consulta, prosseguiram em seis oficinas para desenvolvimento conceitual e metodológico realizadas em 2007 e 2008, das quais participaram em torno de cem sindicalistas e formadores sindicais, indicados pelas centrais sócias, e

técnicos do DIEESE, com o propósito de pensar e discutir um projeto de educação superior.

O resultado dessa construção foi sistematizada no início de 2009 no Projeto de Escola de Ensino Superior em Ciências do Trabalho encaminhada ao MEC com um pedido de credenciamento.

O Projeto Político Pedagógico apresentado a seguir coloca em discussão uma reformulação do anterior, a partir das críticas elaboradas nas oficinas de 2009, incorporando as contribuições apresentadas nesse período.

O que chamamos de Ciências do Trabalho

Não se pretende uma definição de *ciências do trabalho*, mas uma construção social do seu entendimento a partir de escolhas apresentadas pelo debate das Ciências da Educação e do objeto de estudo que se considera o mais adequado para uma escola de trabalhadores.

A *construção* do significado das Ciências do Trabalho toma como referência, o debate ainda em andamento na educação (Paiva 1983; Pimenta 1996; Nóvoa 1991). A educação vem procurando se constituir como uma área científica própria uma vez que “como uma prática social que se realiza através de instituições, formais ou não, ela é um *campo privilegiado de aplicação das descobertas das ciências do comportamento* e seu estudo dificilmente se fará a partir de uma perspectiva própria, mas sempre do ponto de vista de várias ciências particulares”. (Paiva 1983)

Nóvoa considera que a educação tem sido tematizada de forma insuficiente como área de investigação pelas ciências que estudam a educação, ou seja, que a pesquisa é *sobre* e não *a partir* da educação. Isso significa que são deixados de lado os problemas da prática educativa. (Nóvoa 1991) Ao reconhecer as contribuições teóricas decisivas que especialistas de várias áreas trouxeram para o campo da educação, mostra que apesar disso “o pensamento destes homens foi produzido no interior de seus campos disciplinares de origem, não buscando uma nova referência identitária no âmbito das Ciências da Educação”. (Nóvoa: 1991:31)

O trabalho é objeto de estudo de varias ciências a partir de referenciais distintos e é abordado em suas diferentes manifestações, nem sempre com o mesmo conceito. Os estudos realizados pela Sociologia do Trabalho, Economia, Historia Social, entre outras áreas do conhecimento, visam explicar, compreender ou desvendar essa prática social utilizando seus respectivos referenciais teóricos e métodos de investigação.

A proposta de uma *Escola de Ciências do Trabalho* leva em conta que *trabalho* não é objeto exclusivo de uma única área do conhecimento. Desse modo, ao verificar, que *trabalho*, à

semelhança da educação, é uma prática social, uma atividade humana e objeto de estudo de vários campos de conhecimento, esta Escola considera que o *trabalho* como objeto de estudo das Ciências do Trabalho trata do ensino e pesquisa *a partir do trabalho e do trabalhador e não sobre trabalho e sobre o trabalhador*. Isso é o que distingue a proposta desta Escola: a possibilidade de contribuir para a constituição das Ciências do Trabalho a partir da experiência do trabalhador.

As *Ciências do Trabalho* ganham especificidade ao conceber a possibilidade de produzir estudos e conhecimentos do trabalhador sobre um objeto social em que ele é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento. Este é o sentido da formação pretendida pela Escola de Ciências do Trabalho: propiciar a trabalhadores e dirigentes sindicais uma formação em estudos do trabalho nas diferentes manifestações que interessam a esses grupos sociais, possibilitada pelo desenvolvimento teórico-metodológico adequado à pesquisa do trabalho em que o sujeito se transforma no processo de conhecer.

Essa construção parte das contribuições teóricas e das descobertas que cientistas de várias áreas do conhecimento trouxeram para o estudo do *trabalho*. Com isso considera a produção científica em *trabalho*, sob diferentes olhares teóricos e metodológicos das ciências humanas e sociais, que contribuem para a constituição de um campo de conhecimento próprio dos trabalhadores em um curso capaz de acolher as abordagens que interessam à formação crítica do trabalhador.

Se a *Ciências do Trabalho* pretende se constituir como campo de conhecimento em trabalho, tem como ponto de partida estudos e pesquisas produzidos em universidades e centros de pesquisa dentro e fora do país, que concebem e estudam a realidade social como totalidade e nesse sentido, desconsideram as divisões disciplinares do conhecimento.

Bacharelado Interdisciplinar e Experimental em Ciências do Trabalho

Uma proposta de educação é sempre uma construção social e histórica. Se no início do século XX a disputa em termos de ensino se dava em torno do conteúdo da formação para trabalhadores, no início do século XXI, propostas educacionais podem explicitar distintos projetos societários, o que envolve produção de conhecimento.

Para a classe trabalhadora organizada, a necessidade de estudar e de produzir conhecimento próprio existe desde a origem do capitalismo. O que há em comum ao longo do século XX, em várias iniciativas das classes subalternas é o recurso a *pesquisa* como possibilidade de produção de um conhecimento e ação pela própria classe trabalhadora.

Nesse sentido os trabalhadores organizados sempre demandaram uma produção de conhecimento que, aproveitando a cultura científica existente, criam possibilidades teóricas e metodológicas para elaboração de um conhecimento próprio para uma intervenção na sociedade.

Essa iniciativa valoriza e reconhece a necessidade de acesso ao conhecimento científico, seja para compreender suas condições de sobrevivência seja para o autoconhecimento de sua significação histórica. (Thiollent, 1981). Essa possibilidade tem se dado através de intelectuais que atuam na perspectiva das classes subalternas, nas universidades, nos centros de estudos e pesquisa, nos sindicatos e partidos.

Nesse sentido, o projeto formativo que a *Escola de Ciências do Trabalho* propõe experimentar em seu primeiro curso de graduação se referencia na contribuição de estudos e trabalhos teórico-metodológicos que possibilitam:

- Propor a pesquisa como itinerário formativo do estudante, uma vez que parte de suas indagações, organiza sua busca teórica e metodológica e realiza a aproximação do problema e da realidade que se deseja conhecer. Nesse sentido, não separa fazer e pensar e possibilita uma constante reformulação do pensamento e da prática;
- A aquisição de uma postura investigativa crítica, pelo estudante, orienta o projeto formativo que privilegia o processo de produção de conhecimento mais do que o produto, sabendo que a aquisição de conhecimento não depende da quantidade nem da complexidade do conhecimento disponível;
- Compreender como as escolhas metodológicas estão relacionadas à forma como se indaga a realidade, aos problemas a estudar e ao contexto em que se desenvolvem esses estudos;
- Um processo formativo que cria a possibilidade do trabalhador estudante enfrentar os problemas da realidade concreta de forma crítica e transformadora, junto com a percepção de que a maior parte desses problemas ultrapassa os limites das disciplinas acadêmicas;
- O conhecimento produzido pelos trabalhadores fornece os instrumentos fundamentais de elaboração teórica e de comunicação e superar o saber fragmentado e parcial da realidade, questionando, nesse processo, os métodos, conteúdos e objetivos da sua formação escolar anterior;
- A pesquisa contribui com o conhecimento sistematizado sobre as mediações no plano econômico, social, cultural, simbólico e educativo que articulam a luta dos trabalhadores, as

formas de organização do trabalho e os processos educativos que surgem nesse processo.

- Compreender que a aprendizagem de trabalhadores estudantes se realiza como produção de conhecimento mediada e tem como idéia central que o conhecimento e a transformação não surgem de uma relação passiva entre sujeito e objeto, mas da atividade do sujeito sobre o mundo. O sentido político do projeto de conhecimento move o processo e evidencia a distinção entre conhecimento instrumental e práxis. Nesse sentido o processo de produção de conhecimento é um processo formativo em que o sujeito participa “formando-se por meio do conhecimento e conhecendo-se na sua formação”; (Léfèbvre 1979)

Perfil dos formados

- O graduado deverá estar capacitado para produção de conhecimento científico em trabalho e para análise e reflexão crítica da realidade para uma atuação transformadora.
- O graduado deverá estar preparado para responder a demanda de trabalho na área sindical, parlamentar, social, cultural, em pesquisa e educação e em assessorias a entidades públicas e privadas.
- O graduado deverá estar capacitado para atuar em espaços formais e não formais com domínio da natureza do conhecimento sociológico, histórico, econômico em trabalho e das práticas necessárias para a produção e divulgação desse conhecimento.

A formação acadêmica em *Ciências do Trabalho* prepara trabalhadores e dirigentes sindicais para:

- Dominar diferentes possibilidades de formular problemas e propor soluções em diversos campos do conhecimento da atividade humana;
- Dominar as diferentes abordagens metodológicas que se referenciam em categorias conceituais e teóricas para a pesquisa e a análise das relações sociais, políticas, econômicas e históricas em trabalho;
- Transitar pelas fronteiras entre diferentes áreas do conhecimento em trabalho e formação humana;
- Capacidade de leitura e interpretação de textos científicos e literários em língua portuguesa e estrangeira.
- Dominar a natureza dos processos educativos que permitem identificar as possibilidades de uma nova pedagogia de interesse dos trabalhadores para conhecer o mundo do trabalho e os processos pedagógicos escolares e não escolares;

- Desenvolver projetos de pesquisa em trabalho e difundir esses produtos no âmbito acadêmico, sindical, em instituições de ensino, espaços culturais, em entidades governamentais e não governamentais;
- Dominar os fundamentos conceituais e teóricos de diferentes áreas do conhecimento para o desenvolvimento de estudos e pesquisa social, educacional, cultural e sindical.

Desenvolver esse projeto formativo requer um trabalho regular, sistematizado, um processo de experiência prolongado, envolvendo a instituição de ensino, os docentes e discentes. Por fim, considera-se a necessidade de tornar esse conhecimento disponível para toda a sociedade. Em uma instituição educativa, mais importante que o produto é o processo de produção do conhecimento, as interações sociais que possibilitam e as práticas sociais que desenvolvem e que realizam a formação do estudante.

A aprendizagem do processo de produção do conhecimento pressupõe, pois, um complexo investimento também na formação docente. O professor precisa manter-se envolvido com a pesquisa para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento, deve adotar uma atitude investigativa ao atuar na mediação entre a teoria e o desenvolvimento prático que subsidia o estudante, para possibilitar as condições necessárias à produção de um novo conhecimento. (Severino 2008)

Uma proposta curricular

Ciências do Trabalho é uma construção social e um campo de conhecimento a ser constituído, porque ainda não existe em sua especificidade metodológica e epistemológica. Não existem diretrizes curriculares nacionais para esse curso.

- Ao pensar em constituir as Ciências do Trabalho como um campo novo, considerou-se que os conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas – Sociologia Política, a Economia Política, a História Social Cultural – darão o fundamento conceitual e teórico-metodológico para a constituição desse campo. Considerou-se ainda que nessas áreas se formam os referenciais que interessam à formação dos pesquisadores dessa Escola.
- As Ciências do Trabalho partem de um conjunto organizado de conhecimentos, relativos a um determinado objeto - o trabalho – enfocando saberes já construídos para observação dos acontecimentos do trabalho, os estudos de teorias sobre o objeto, a valorização da experiência dos sujeitos trabalhadores e a busca pela construção de um método próprio para análise desses acontecimentos. Considera, portanto, um conjunto de saberes que visa a

construção do método e um conhecimento socialmente acumulado, além do saber que se origina da experiência do sujeito trabalhador. Não se trata de fazer um curso sobre, mas de fazer um curso em que a pesquisa do trabalho é realizada pelo trabalhador e o conhecimento é produzido a partir da sua experiência e de suas indagações.

O projeto curricular da escola apresenta *o trabalho como o objeto de estudo* que serve aos trabalhadores como grupos sociais cuja heterogeneidade de interesses requer diferentes possibilidades de tratamento do objeto em suas diferentes manifestações.

O trabalho inerente à vida humana constitui o cerne do que se considera humanidade. Tanto o trabalhar como as diferentes organizações sociais ao longo da história são resultado e, ao mesmo tempo, requisito da condição humana e exclusiva de sua forma de vida (Marx 1975).

Essa atividade humana - por meio da qual homens e mulheres constroem o mundo e produzem a vida - reúne na mesma unidade *o fazer, o pensar, o interpretar e o sentir*. O trabalho *strictu sensu* e as relações sociais de trabalho são, portanto, fonte não só da riqueza social, mas também de idéias, de princípios, de sentimentos, de sonhos e de lutas.

A sociedade capitalista trouxe, em seu desenvolvimento, a necessidade de conhecimento científico sobre distintas dimensões do trabalho. Ao longo da história do modo de produção capitalista, o conhecimento sobre trabalho tem sido aperfeiçoado, inovado e seus processos investigados na teoria e experimentados na prática. Ao lado dessa produção de conhecimento, interessam para a constituição das Ciências do Trabalho, a produção dos movimentos intelectuais como o History Workshop que inspirou muitos pesquisadores a escrever a “*historia a partir de baixo*”, assim como os estudos da história da cultura popular, na década de 1960. Essa linha de pesquisa ficou conhecida como *História Social Inglesa ou História Social Cultural* - cujos principais representantes são Edward Thompson, Eric Hobsbawn e Raymond Williams - e produz conhecimento “em oposição à história econômica do trabalho hegemônica, mediante uma re - apropriação de contribuições antropológicas da época”. (Lopes 1997) O mais influente trabalho desse grupo é “A formação da classe operária inglesa”, de E. Thompson (1963) que examina o lugar da cultura popular no processo de mudança econômica e política na transformação da classe operária.

A interdisciplinaridade na produção do conhecimento científico vem sendo debatida nos últimos trinta anos. Vários autores discutem a questão e reconhecem sua importância para a produção do conhecimento, porque leva em conta a complexidade dos fenômenos sociais. Juan José Castillo(1997), um deles, discute o que se produzia, na década de 1990 em trabalhos considerados

interdisciplinares e sugere para uma retomada dessa discussão, uma volta aos clássicos, especificamente a sua forma interdisciplinar por natureza de produção de conhecimento. Afirma que a releitura das descobertas feitas por estes pioneiros, ao lado dos conhecimentos já acumulados, teriam um efeito enriquecedor sobre a produção intelectual que se pretende nos dias de hoje. A análise crítica de Castillo constata que perdemos esse olhar inteiro, não dividido, com que os clássicos indagavam a realidade. A possibilidade de experimentação desse olhar não dividido para a produção científica faz parte do processo de constituição das *Ciências do Trabalho* pretendida pela escola.

A reflexão de Philippe Zarifian (1997) a propósito da interdisciplinaridade, embora diferente, também interessa para a construção do significado das *Ciências do Trabalho*. Diz ele que a sociologia do trabalho enfrentava na década de 1990, dois grandes desafios: o primeiro relacionado à crise do conceito de trabalho, ainda o mesmo definido pela economia clássica no século XVIII e o segundo relativo às disposições éticas na prática do trabalho. Sugere então que o momento é favorável a uma interdisciplinaridade entre a sociologia do trabalho, a economia e a filosofia política a partir do que se poderia pensar uma nova definição de trabalho e de sua produtividade e as disposições éticas favoráveis à solidariedade no campo do trabalho profissional.

Ao se organizar uma graduação a partir da experiência do trabalhador como explicitada acima, considera-se como esses novos tempos são vividos, percebidos e concebidos pelo sujeito do trabalho e se levam em conta novas e velhas mediações que se estabelecem entre o *trabalhador e o seu trabalho e entre o trabalhar e outras dimensões da vida*. Resumindo, o currículo proposto:

- considera a produção científica em trabalho, sob os diferentes olhares teórico-metodológicos das ciências sociais e humanas, com a abordagem que interessa à formação intelectual crítica do trabalhador
- toma como referência as produções de autores que concebem e estudam a realidade social como totalidade e dessa forma produzem conhecimento próprio pela forma como concebem e abordam o objeto de estudo.
- propõe a indissociabilidade do sujeito e do objeto. O trabalho e o trabalhador são referências nesses estudos. Por eles e com eles se constroem as análises e as metodologias que configuram tal produção do conhecimento. Considera fundamental que a construção desse conhecimento seja aberta e compreenda as práticas científicas e técnicas, que têm como centro o *trabalho* (educadores, engenheiros, tecnólogos, artesãos, cientistas sociais)

Estrutura Curricular do Bacharelado em Ciências do Trabalho

O curso se estrutura com base em uma distribuição, por horas, para disciplinas:

Obrigatórias que constituem a base curricular comum a todos os graduandos consideradas como:

- **de fundamentos:** econômicos, sociais, históricos, que dão a base conceitual e teórica dos diversos campos do conhecimento que estudam e pesquisam trabalho;
- **complementares:** os estudos do trabalho realizados por diferentes disciplinas acadêmicas com diferentes abordagens que contribuem para conhecer e estudar como essas disciplinas abordam o trabalho e ajudam a pensar o trabalho na sociedade contemporânea, possibilitando o surgimento da pesquisa a partir da experiência do trabalhador;
- **atividade de pesquisa:** que constitui o itinerário formativo teórico-prático dos graduandos, ao longo dos três anos do curso.

Eletivas de escolha orientada: disciplinas temáticas que os graduandos escolhem em um conjunto que deve ser cursado pela oferta que delas se faz. E conjuntos temáticos de outras áreas que fazem interface com o curso, como as disciplinas sobre o campo legislativo, elementos do direito administrativo, direito do trabalho, filosofia do conhecimento, ética e filosofia política, que podem ser cursadas em outra faculdade como curso regular ou em outros centros de formação na forma de seminários equivalentes às disciplinas oferecidas pelo currículo do curso.

Eletivas de escola livre: o estudante pode escolher atividades que complementam sua formação e que serão analisadas para equivalência de horas aula a partir de critérios estabelecidos pela gestão do curso.

Organização do conteúdo do curso

Carga horária curricular

Para se graduar em Ciências do Trabalho o estudante deverá integralizar:

- 1660 horas em disciplinas obrigatórias:

- de fundamentos
- complementares
- de pesquisa
- 620 horas em eletivas de escolha orientada
 - seminários temáticos
- 180 horas de eletivas de escolha livre

Total de horas: 2460

Obrigatórias

Obrigatórias de Fundamentos 540 hs

- Economia Política Clássica Leitura
 - ou Interpretação dos clássicos (2 docentes)
- Sociologia ou Trabalho e Organização da Vida em Sociedade
- Instituições, Poder e Sociedade: Estado: conceito, história e atualidade
- História Social
- História do Trabalho no Brasil

Obrigatórias de Atividade de Pesquisa 640 hs

A pesquisa realizada pelo trabalhador supõe desenvolver uma abordagem adequada ao problema que se deseja estudar, considerando os estudos existentes de forma que possa contribuir com o conhecimento sistematizado sobre as mediações no plano econômico, social, cultural, simbólico e educativo que articulam a luta dos trabalhadores, as formas de organização do trabalho e os processos educativos que surgem nesse processo.

Nesse sentido o peso maior é em fundamentos como possibilidade das Ciências do Trabalho se constituir como um campo de conhecimento próprio dos trabalhadores e a formação em atividades

teórico - práticas considerando os princípios formativos e a especificidade da abordagem do objeto de conhecimento.

As atividades orientadas de pesquisa são teórico - práticas, não se restringem à sala de aula e incluem:

- filosofia do conhecimento, teoria do conhecimento, metodologias e o trabalho de monografia nos dois últimos semestres
- metodologias e práticas de pesquisa em: estudos culturais, em estudos sindicais, em estudos comparados de trabalho, em estudos de mensuração da desigualdade.
- trabalho de campo se necessário
- elaboração de monografia

- Atividade Orientada de Pesquisa I 120hs
- Atividade Orientada de Pesquisa II 120
- Atividade Orientada de Pesquisa III 120
- Atividade Orientada de Pesquisa IV 120
- Atividade Orientada de Pesquisa V 80
- Atividade Orientada de Pesquisa VIU 80

Obrigatórias Complementares 480hs

- Historia da Tecnologia/ Inovação tecnológica
- História da Organização Política dos Trabalhadores) (Trabalho, participação política e sindicalismo) Sindicato: história e atualidade /
- Economia do Trabalho, Estatística
- Historia Social do trabalho

- Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho: história e atualidade
- O Trabalho no Mundo Contemporâneo
- Evolução e Assimetria na Divisão Internacional de Trabalho e na Estrutura Internacional de Produção e Poder

Eletivas

Eletivas de escolha orientada 620 hs

- Significados simbólicos do trabalho
- Elementos do Direito Administrativo (USP/PUCSP)
- Direito do Trabalho (Faculdade Direito USP)
- Cinema e direito do Trabalho (Direito USP)
- Seminários Temáticos (contingência)
- Relação padrões de consumo e produção ambiental
- Concepção e reflexão sobre a prática educativa
- Trabalho e vida: a desigualdade contemporânea
- Paradigmas da Ciência Moderna
- Lógica formal e lógica dialética
- Ensinar e aprender o que?
- Empresas: história e atualidade
- Políticas públicas e desenvolvimento social, econômico e político
- História e caminhos das utopias
- Democracia e participação política
- Estado e empresas transnacionais: o novo ordenamento do poder na atualidade

- O planeta a deriva
- Projeto societário de desenvolvimento
- Sociedade em rede
- O mundo financeiro: moeda, bancos, bolsas e fundos

Eletivas de escolha livre 180hs

- Participação em eventos científicos
- Participação em seminários acadêmicos e não acadêmicos
- Cursos de extensão
- Cursos sindicais de formação
- Língua moderna (40 hs + 40hs)
- Internet como rede de conhecimento (40hs)

Lista complementar de eletivas cadastradas no processo de credenciamento

- 1 A 3º revolução industrial: organização da produção e do trabalho
- 2 Capitalismo: produção e consumo
- 3 Projetos de desenvolvimento
- 4 Ética e ideologia
- 5 Usos do espaço: história e atualidade
- 6 Seguridade social
- 7 Economia solidária e auto-gestão
- 8 Arte e trabalho

- 9 Temas sociais contemporâneos
- 10 Trabalho decente
- 11 Comunicação e poder
- 12 Conhecimento, sociedade e poder
- 13 Ideologia e dominação
- 14 Interpretações do Brasil
- 15 As representações do mundo
- 16 Cinema e condição humana